

MATRIZ DEVOLUTIVA

A Prefeitura de Belo Horizonte revisou a redação de algumas perguntas, ajustando-as para uma linguagem mais simples, clara, direta e acessível a todos os públicos. As perguntas em sua formulação original podem ser consultadas no anexo deste documento.

Cabe destacar que as perguntas feitas oralmente durante as consultas e audiências públicas não foram integralmente transcritas, em razão das limitações de tempo e registro em tempo real dos eventos.

QUESTIONAMENTO/DÚVIDA/SUGESTÃO E RESPOSTA - FORMULÁRIO

ON-LINE TEMA: ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PROGRAMA

1) Há um córrego com várias nascentes passando entre as ruas Miguel Caldeira dos Santos e Davidson Pimenta da Rocha, no bairro Jardim Comerciários, com esgoto a céu aberto. Nunca foi canalizado. Isso será resolvido?

R: A Prefeitura selecionou as seguintes sub-bacias para fazerem parte do Programa: Terra Vermelha, Embira, Várzea da Palma, Fazenda Velha, Capão, Joaquim Pereira, Brejo do Quaresma, Córrego Olhos d'Água e Córrego Bonsucesso. Porém, a Prefeitura e o banco financiador (BID) poderão reduzir o número de sub-bacias que vão receber obras, de acordo com os critérios de seleção. As bacias que farão parte do Programa serão escolhidas pelo banco, considerando se elas atendem aos requisitos e os riscos ambientais e sociais, durante a fase de implantação do Programa.

As ruas Miguel Caldeira dos Santos e Davidson Pimenta da Rocha fazem parte da sub-bacia do Córrego Joaquim Pereira, que está entre as áreas que podem receber obras do Programa DRENURBS 2. O projeto pretende resolver problemas como esgoto a céu aberto, proteger as nascentes e melhorar a qualidade de vida da população.

**Pergunta original: 1 e 2*

2) O que será feito com o Ribeirão do Onça e seus córregos?

R: A Prefeitura selecionou as seguintes sub-bacias para fazerem parte do Programa: Terra Vermelha, Embira, Várzea da Palma, Fazenda Velha, Capão, Joaquim Pereira, Brejo do Quaresma, Córrego Olhos d'Água e Córrego Bonsucesso.

A exceção da sub-bacia do Córrego Bonsucesso, todas estão localizadas na bacia do Ribeirão do Onça.



As medidas previstas que ajudarão a melhorar o Ribeirão do Onça, incluem a recuperação de nascentes, estabilização de margens de cursos d'água, implantação de sistemas de drenagem pluvial e esgotamento sanitário, além da criação de parques lineares que ampliam a conectividade entre áreas verdes e aumentam a permeabilidade urbana.

**Pergunta original: 3*

3) Como será garantida uma distribuição justa entre as regionais?

R: A escolha das bacias para o Programa foi feita com base nos critérios estabelecidos no Plano Municipal de Saneamento (PMS). Esse plano, criado pela Lei nº 8.260/2001, é um importante guia para planejar e organizar as ações de saneamento no município. Ele define quais bacias e áreas precisam de mais atenção e investimento, ajudando a priorizar onde os recursos serão usados para melhorar os serviços de saneamento e infraestrutura, como água tratada, esgoto e drenagem.

**Pergunta original: 4*



FORMAS DE COMPENSAÇÃO PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO/POLÍTICA MUNICIPAL VIGENTE

CATEGORIAS DE PESSOAS AFETADAS	UNIDADE HABITACIONAL CONSTRUÍDA	REASSENTAMENTO MONITORADO	INDENIZAÇÃO PELA BENFEITORIA	BOLSA MORADIA	LOCAÇÃO SOCIAL OU FINANCIAMENTO	UNIDADE COMERCIAL	CESSÃO DE ÁREA REMANESCENTE
Famílias ocupantes de imóveis de uso residencial, que são proprietárias das benfeitorias	X	X	X	X			

Imóveis de uso residencial, com regime de ocupação diferente de próprio	X (família moradora/ocupante)		X (proprietário da benfeitoria – não residente)	X	X (família moradora/ocupante)		
Imóveis de uso misto	X	X	X	X	X	X	X
Imóveis de uso não residencial (serviços, comércio, indústrias, uso coletivo)			X			X	X (também alternativa inquilin, cessionários, respons...
Imóveis vagos, desocupados			X				
Propriedades particulares							

* Tabela 39 do Documento Plano de Reassentamento Involuntário – página 126

3



TEMA: REASSENTAMENTO

4) Como será feita a indenização de quem mora em áreas sem “habite-se”?

R: Segundo o Plano de Reassentamento Involuntário, que segue a Política Municipal de Habitação, as famílias que moram em imóveis residenciais e são proprietárias das melhorias feitas na propriedade podem escolher entre as seguintes opções:

- Unidade Habitacional Construída: entrega de uma unidade habitacional, construída dentro do Programa, para o reassentamento definitivo das famílias que precisaram se deslocar involuntariamente. É a principal estratégia de atendimento habitacional, focada principalmente nas famílias em situação de maior vulnerabilidade social.
- Reassentamento Monitorado: a família recebe apoio técnico e acompanhamento social para a compra de um imóvel, com valor estabelecido pelo PROAS, já existente em Belo Horizonte ou no colar metropolitano.
- Indenização pela Benfeitoria: a avaliação dos imóveis será feita por profissionais especializados, seguindo regras técnicas definidas pela Prefeitura. O valor da indenização leva em conta o estado do imóvel, tamanho do terreno e outras características
- Bolsa Moradia: é uma solução temporária que foi criada para dar apoio financeiro às

famílias em situação de vulnerabilidade durante processos de reassentamento habitacional.

A comunicação com as famílias será reforçada a partir do início do Trabalho Técnico Social no território, previsto para começar em 2026. Nesse período, será instalado um escritório social no local para atendimento direto às famílias, além da criação de grupos de trabalho com participação da comunidade. Também serão disponibilizados canais de telefone e WhatsApp para esclarecer dúvidas e registrar demandas, bem como mecanismos de escuta para recebimento de queixas e sugestões, que funcionarão durante toda a execução do projeto e continuarão mesmo após as obras. Ao longo dessa etapa social, serão realizadas reuniões periódicas com as famílias, nas quais o cronograma e as ações serão apresentados de forma mais detalhada e clara.

**Pergunta original: 4*

5) Qual o tempo mínimo para o pagamento das indenizações?

R: Segundo o Plano de Reassentamento Involuntário, a avaliação dos imóveis será feita por profissionais especializados, seguindo regras técnicas definidas pela Prefeitura. O valor da indenização leva em conta o estado do imóvel, tamanho do terreno e outras características, conforme normas do programa DRENURBS 2.

A comunicação com as famílias será reforçada a partir do início do Trabalho Técnico Social no território, previsto para começar em 2026. Nesse período, será instalado um escritório social no local para atendimento direto às famílias, além da criação de grupos de trabalho com participação da comunidade. Também serão disponibilizados canais de telefone e WhatsApp para esclarecer dúvidas e registrar demandas, bem como mecanismos de escuta

4



para recebimento de queixas e sugestões, que funcionarão durante toda a execução do projeto e continuarão mesmo após as obras. Ao longo dessa etapa social, serão realizadas reuniões periódicas com as famílias, nas quais o cronograma e as ações serão apresentados de forma mais detalhada e clara.

**Pergunta original: 4*

6) E quem não tem documento do imóvel?

R: As medidas previstas no Plano de Reassentamento se aplicam, na íntegra, às famílias que não possuem documento de propriedade dos imóveis, sendo detentoras apenas da posse. Portanto, as ofertas de reassentamento residencial e comercial são previstas para aqueles sem documento de propriedade.

**Pergunta original: 4*

7) Sugestão: Realocar a família do lote na Rua Nossa Senhora da Eucaristia. Isso será

feito?

R: Segundo o Plano de Reassentamento Involuntário, só serão removidos ou indenizados os imóveis que estiverem dentro da área das obras e que se encaixam em dois critérios: risco de desastre que não pode ser resolvido ou imóvel localizado onde será realizada alguma obra. Se o imóvel não se enquadrar nesses critérios, não haverá reassentamento ou indenização.

O endereço citado está dentro da área de intervenção, mas ainda não é possível confirmar se será necessária a mudança. Essa definição só será feita durante o andamento do projeto. A comunicação com as famílias será reforçada a partir do início do Trabalho Técnico Social no território, previsto para começar em 2026. Nesse período, será instalado um escritório social no local para atendimento direto às famílias, além da criação de grupos de trabalho com participação da comunidade. Também serão disponibilizados canais de telefone e WhatsApp para esclarecer dúvidas e registrar demandas, bem como mecanismos de escuta para recebimento de queixas e sugestões, que funcionarão durante toda a execução do projeto e continuarão mesmo após as obras. Ao longo dessa etapa social, serão realizadas reuniões periódicas com as famílias, nas quais o cronograma e as ações serão apresentados de forma mais detalhada e clara.

**Pergunta original: 8*

8) O que não ficou claro pra mim foi a data provável de abrir negociação quanto ao valor do imóvel. Sendo assim, qual a data provável?

R: Nesta fase, não é possível estimar um cronograma preciso de retirada das casas. O Programa DRENURBS 2 ainda está em fase de preparação com o banco financiador. A previsão é que a Prefeitura assine o contrato de financiamento com o BID em 2026. Depois disso, os projetos executivos precisam ser concluídos e as obras licitadas. Ressalta-se que

5



antes das obras iniciarem, o território contará com o Trabalho Técnico Social, que estará no local para garantir a boa comunicação com as famílias e comunidades, dialogando, recebendo queixas e dúvidas e preparando as famílias afetadas para o processo de reassentamento. As datas exatas de obras serão comunicadas com muita antecedência pela Prefeitura e dependem do cronograma de remoção e reassentamento.

A comunicação com as famílias será reforçada a partir do início do Trabalho Técnico Social no território, previsto para começar em 2026. Nesse período, será instalado um escritório social no local para atendimento direto às famílias, além da criação de grupos de trabalho com participação da comunidade. Também serão disponibilizados canais de telefone e WhatsApp para esclarecer dúvidas e registrar demandas, bem como mecanismos de escuta para recebimento de queixas e sugestões, que funcionarão durante toda a execução do projeto e continuarão mesmo após as obras. Ao longo dessa etapa social, serão realizadas reuniões periódicas com as famílias, nas quais o cronograma e as ações serão apresentados de forma mais detalhada e clara.

**Pergunta original: 27*

TEMA: MEDIDAS DE COMPENSAÇÃO

9) Como serão recuperadas as nascentes já urbanizadas?

R: O projeto prevê a recuperação das nascentes, margens dos córregos, sistema de esgoto e drenagem, além da criação de parques e áreas verdes. Também está prevista a criação de parques e áreas verdes, visando a preservação ambiental e o bem-estar da comunidade (página 11 - Plano de Gestão Ambiental e Social). A proposta de recuperação das nascentes será desenvolvida e detalhada durante a fase de elaboração dos projetos. Todas as intervenções serão realizadas de forma planejada e técnica, com acompanhamento especializado.

**Pergunta original: 4*

10) E as áreas de preservação (APP) abandonadas e contaminadas?

R: No Programa DRENURBS está prevista a reconstituição da mata ciliar nas Áreas de Preservação Permanente (APP), com o objetivo de recuperar os ecossistemas e melhorar a qualidade ambiental. Essa ação será integrada à implantação de equipamentos públicos voltados à convivência comunitária, como espaços para esportes e atividades culturais, além de áreas dedicadas à educação ambiental, promovendo a conscientização e o envolvimento da população na preservação dos recursos naturais.

**Pergunta original: 4*

6



11) O projeto está tratando apenas os efeitos da poluição, mas não está prevenindo. Por que continuam concretando córregos ao invés de preservar as áreas verdes?

R: O DRENURBS não prevê a canalização dos cursos d'água com concreto nem o seu tamponamento. O projeto prevê a preservação ambiental, com a plantação de árvores nas margens (mata ciliar), a proteção das nascentes e a criação de áreas verdes voltadas para a convivência, lazer e bem-estar da comunidade. A proposta é recuperar o ambiente, com a retirada dos lançamentos irregulares de esgoto e resíduos nos leitos dos córregos, e evitar novas ocupações irregulares.

**Pergunta original: 5*

12) Como a prefeitura pode priorizar a conservação e o uso sustentável das nascentes e vazantes naturais de Belo Horizonte, como a nascente no Cassange, que são importantes para o meio ambiente e a comunidade?

Seria possível criar um plano de proteção dessas áreas, com ações educativas, de preservação e reuso, envolvendo a comunidade, instituições de ensino, igrejas, órgãos de segurança e o poder judiciário?

Além disso, há a sugestão de acelerar a implantação do Parque Municipal Dr. Walter Nunes, no bairro Jaqueline, como um projeto que pode ajudar na conservação dessas áreas e fortalecer a relação da cidade com a natureza.

R: O DRENURBS tem como objetivo principal a preservação ambiental, por meio de ações como o plantio de árvores nas margens dos córregos (mata ciliar), a proteção das nascentes e a criação de áreas verdes para convivência, lazer e bem-estar da comunidade. A proposta busca recuperar o ambiente, removendo o lançamento irregular de esgoto e resíduos nos leitos dos córregos, além de prevenir novas ocupações irregulares, promovendo a sustentabilidade e melhorando a qualidade de vida para a população.

As margens dos cursos d'água serão restauradas, incluindo a correção de erosões e o plantio de vegetação ciliar. O programa também adota soluções baseadas na natureza, que visam tratar, infiltrar e reter as águas pluviais antes que cheguem aos cursos d'água ou aos sistemas de drenagem. Essas soluções auxiliam na redução da poluição difusa, no controle do escoamento e na promoção da recarga dos aquíferos.

Durante a implantação, o programa prevê ações de comunicação, mobilização social e educação ambiental, voltadas às comunidades que vivem nas bacias hidrográficas. O objetivo é incentivar a apropriação dos espaços revitalizados pelas populações locais, promovendo um forte senso de pertencimento e uma maior conscientização ambiental sobre os territórios.

**Pergunta original: 6*

7



13) Quanto custa a saúde da população de BH? Por que não se investe mais na prevenção ambiental?

R: Não existe um valor fixo para dimensionar o custo da saúde de cada pessoa, mas é possível ver os gastos da Prefeitura com saúde no Portal da Transparência. O Programa DRENURBS é um exemplo de política pública que responde às demandas pela recuperação e preservação ambiental, através da despoluição dos cursos d'água, da universalização dos serviços de saneamento e pela realocação de famílias com alto grau de vulnerabilidade e expostas a riscos de inundação.

**Pergunta original: 7*



PERGUNTAS E RESPOSTAS - CONSULTA PÚBLICA 14/08/2025

TEMA: ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PROGRAMA

14) O Córrego Tamboril (ou Fazenda Velha), que faz parte da bacia do Ribeirão Isidora, vai receber melhorias?

R: A Prefeitura selecionou as seguintes sub-bacias para fazerem parte do Programa: Terra Vermelha, Embira, Várzea da Palma, Fazenda Velha, Capão, Joaquim Pereira, Brejo do Quaresma, Córrego Olhos d'Água e Córrego Bonsucesso. Porém, a Prefeitura e o banco

financiador (BID) poderão reduzir o número de sub-bacias que vão receber obras, de acordo com os critérios de risco socioambiental. As bacias que farão parte do Programa serão definidas se elas atenderem aos requisitos e os riscos ambientais e sociais do BID, durante a fase de implantação do Programa.

A sub-bacia do Córrego Tamboril (Fazenda Velha) está entre as áreas que podem receber obras do Programa DRENURBS 2. O projeto pretende resolver problemas como esgoto a céu aberto, proteger as nascentes e melhorar a qualidade de vida da população.

**Pergunta original: 9*

15) Foi mencionado o trabalho realizado no Ribeirão do Onça e a inundação no Bairro Maria Tereza quando foram abertas as comportas da Pampulha. Pergunta se é possível prever quais impactos o Programa DRENURBS terá no bairro e quais ações de mitigação serão adotadas.

R: A Prefeitura selecionou as seguintes sub-bacias para fazerem parte do Programa: Terra Vermelha, Embira, Várzea da Palma, Fazenda Velha, Capão, Joaquim Pereira, Brejo do Quaresma, Córrego Olhos d'Água e Córrego Bonsucesso. A bacia hidrográfica do Bairro Maria Tereza não está incluída na segunda etapa do Programa DRENURBS. Mesmo assim, a Prefeitura fará um diálogo com a comunidade para avaliar alternativas e identificar possíveis ações que possam melhorar a situação local.

**Pergunta original: 24*

16) Qual a situação atual na Vila Biquinhas e como o DRENURBS pode ajudar?

R: Dentro dessa seleção de bacias do Programa DRENURBS 2, o Córrego do Embira (Vila Biquinhas) foi escolhido como parte da amostra representativa do programa, ou seja, uma das três bacias que iniciaram as intervenções primeiro.

A comunidade da Vila Biquinhas enfrenta muitos problemas e precisa com urgência das obras do Programa DRENURBS. O projeto é importante porque traz melhorias que transformam a

9



vida das pessoas. A Prefeitura reforça que a participação da comunidade é essencial para que o programa seja mais inclusivo e atenda melhor às necessidades locais.

**Pergunta original: 26*

17) O financiamento aprovado no fim do ano passado contempla as nove bacias?

R: A Câmara autorizou o valor de US\$ 255 milhões, que será usado primeiramente para essas três bacias da amostra. A proposta do DRENURBS é alcançar as nove bacias pré

selecionadas, mas, se o recurso não for suficiente, pode ser necessário fazer uma terceira fase do programa no futuro.

As bacias englobadas no Programa serão definidas conforme os critérios de elegibilidade e análise de riscos socioambientais estabelecidos pelo ente financiador durante a fase de implantação do Programa. Inicialmente, a Prefeitura identificou as seguintes sub-bacias para compor o escopo do DRENURBS 2ª etapa: Terra Vermelha, Embira, Várzea da Palma, Fazenda Velha, Capão, Joaquim Pereira, Brejo do Quaresma, Córrego Olhos d'Água e Córrego Bonsucesso, com a proposta de consolidação do Parque Ciliar.

A Prefeitura e o BID poderão reduzir o número de sub-bacias que receberão intervenções durante a implementação do Programa com base nos critérios de elegibilidade do BID.

**Pergunta original: 11*

TEMA: IMPACTOS E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO

18) O material apresentado na Consulta Pública é o mesmo usado na Audiência Pública na Câmara, realizada no dia 10/07/2025?

R: O conteúdo é o mesmo, mas foi adaptado para a Consulta Pública, com mais detalhes sobre os riscos ambientais e sociais do programa. Nesta nova apresentação, o foco está nos documentos ambientais e sociais das três bacias da amostra: Várzea da Palma, Embiras e Terra Vermelha.

**Pergunta original: 10*

19) Os documentos do projeto não falam do vínculo das famílias com os centros de saúde. Como vai ficar a continuidade nos tratamentos de saúde das pessoas durante o reassentamento? Muitas delas têm acompanhamento regular nos centros de saúde da região. - Conselheira do Conselho de Saneamento e do Conselho de Saúde, e trabalha com ensino clínico na Vila Biquinhas.

R: É muito importante manter o vínculo das famílias com os serviços de saúde e assistência social durante o reassentamento. A Prefeitura de BH vai seguir a Política Municipal de

10



Habitação, que prioriza mudar as famílias para lugares próximos de onde já moram. Assim, elas podem continuar usando os mesmos serviços de saúde sempre que possível.

Mesmo quando houver necessidade de mudança para outro local, a Prefeitura vai garantir acompanhamento social, apoio para que os tratamentos e acompanhamentos médicos e acesso aos demais serviços sociais, para que não sejam interrompidos. Esse cuidado vai estar registrado nos documentos do projeto, para evitar qualquer risco de descontinuidade e proteger a saúde da comunidade.

**Pergunta original: 15*

20) São destacados os resultados positivos do DRENURBS 1, com elogios às intervenções realizadas nos parques Nossa Senhora da Piedade e Primeiro de Maio, e ao impacto positivo do Programa na melhoria da qualidade de vida da população.

R: A Prefeitura agradece a participação da comunidade, fundamental para tornar o Programa mais inclusivo e participativo. O reconhecimento das melhorias já realizadas reforça o compromisso de seguir avançando com ações que unam saneamento, segurança e qualidade de vida para todos.

**Pergunta original: 19*

21) É destacado que o DRENURBS foi um marco para Belo Horizonte, com participação ativa da comunidade do Córrego Primeiro de Maio, onde todos os moradores foram ouvidos e receberam retorno. Até hoje, existe uma comissão comunitária atuante no local. Ao receber o convite para o DRENURBS-2, houve uma manifestação de emoção. É sugerido que a água da chuva não seja lançada diretamente no córrego, devido à presença de poluição.

R: A Prefeitura agradece a participação da comunidade, fundamental para tornar o Programa mais inclusivo e participativo. O DRENURBS-2 prevê a adoção de soluções baseadas na natureza, que ajudam a infiltrar a água da chuva no solo ao longo da bacia. Com isso, busca se reduzir o encaminhamento direto de águas pluviais poluídas para os córregos, melhorando a qualidade da água e protegendo o meio ambiente (Plano de Gestão Ambiental e Social - página 12).

**Pergunta original: 22*

22) Sugestão do plantio de mais árvores como forma de melhorar a qualidade de vida da população e valorizar o meio ambiente.

R: O DRENURBS tem como objetivo principal a preservação ambiental, por meio de ações como o plantio de árvores nas margens dos córregos (mata ciliar), a proteção das nascentes e a criação de áreas verdes para convivência, lazer e bem-estar da comunidade. A proposta busca recuperar o ambiente, removendo o lançamento irregular de esgoto e resíduos nos leitos dos córregos, além de prevenir novas ocupações irregulares, promovendo a sustentabilidade e melhorando a qualidade de vida para a população.

As margens dos cursos d'água serão restauradas, incluindo a correção de erosões e o plantio de vegetação ciliar. O programa também adota soluções baseadas na natureza, que visam

11



tratar, infiltrar e reter as águas pluviais antes que cheguem aos cursos d'água ou aos sistemas de drenagem. Essas soluções auxiliam na redução da poluição difusa, no controle do escoamento e na promoção da recarga dos aquíferos.

Durante a implantação, o programa prevê ações de comunicação, mobilização social e educação ambiental, voltadas às comunidades que vivem nas bacias hidrográficas. O objetivo é incentivar a apropriação dos espaços revitalizados pelas populações locais, promovendo um forte senso de pertencimento e uma maior conscientização ambiental sobre os territórios.

**Pergunta original: 23*

TEMA: REASSENTAMENTO

23) Existe um planejamento estruturado para o reassentamento, com diálogo direto com a comunidade?

R: A Prefeitura inicia o diálogo com as comunidades antes mesmo das obras começarem, para ouvir as necessidades das famílias e garantir que elas sejam consideradas nos projetos, com o trabalho técnico social.

A URBEL acompanha todo o processo e reconhece que é essencial conversar diretamente com as pessoas que podem ser afetadas. Por isso, estão marcadas reuniões específicas sobre o reassentamento nas seguintes datas:

- 18/08/2025 – Comunidade Embiras
- 19/08/2025 – Comunidade Várzea da Palma
- 20/08/2025 – Comunidade Terra Vermelha

Essas reuniões são momentos importantes para esclarecer dúvidas, ouvir sugestões e construir soluções junto com a população.

O trabalho social oferece suporte essencial às comunidades, promovendo a inclusão, fortalecendo os vínculos sociais e acompanha a remoção de famílias de áreas de risco, garantindo que o processo seja feito de maneira segura e respeitosa. O trabalho também envolve a comunidade na construção de soluções e assegura que as necessidades locais sejam atendidas de forma participativa e sustentável, melhorando a qualidade de vida de todos.

A comunicação com as famílias será reforçada a partir do início do Trabalho Técnico Social no território, previsto para começar em 2026. Nesse período, será instalado um escritório social no local para atendimento direto às famílias, além da criação de grupos de trabalho com participação da comunidade. Também serão disponibilizados canais de telefone e WhatsApp para esclarecer dúvidas e registrar demandas, bem como mecanismos de escuta para recebimento de queixas e sugestões, que funcionarão durante toda a execução do projeto e continuarão mesmo após as obras. Ao longo dessa etapa social, serão realizadas

apresentados de forma mais detalhada e clara.

**Pergunta original: 13*

24) Como foi o preparo com as famílias que serão impactadas pelo projeto? São famílias com alto grau de vulnerabilidade.

R: A Prefeitura já começou a atuar em algumas áreas, como na Várzea da Palma (Vila do Índio), com a presença da URBEL (empresa responsável pela urbanização em áreas de risco). A URBEL tem ampla experiência no atendimento a famílias em situação de vulnerabilidade em Belo Horizonte e atua de forma contínua, oferecendo suporte antes, durante e depois das obras. Ela acompanha de perto essas famílias para garantir que o processo de remoção ou reassentamento aconteça de maneira segura, justa e com todo o apoio necessário.

A comunicação com as famílias será reforçada a partir do início do Trabalho Técnico Social no território, previsto para começar em 2026. Nesse período, será instalado um escritório social no local para atendimento direto às famílias, além da criação de grupos de trabalho com participação da comunidade. Também serão disponibilizados canais de telefone e WhatsApp para esclarecer dúvidas e registrar demandas, bem como mecanismos de escuta para recebimento de queixas e sugestões, que funcionarão durante toda a execução do projeto e continuarão mesmo após as obras. Ao longo dessa etapa social, serão realizadas reuniões periódicas com as famílias, nas quais o cronograma e as ações serão apresentados de forma mais detalhada e clara.

**Pergunta original: 14*

25) Esse projeto é mesmo real? As famílias terão que pagar algo pelas novas moradias que forem construídas?

R: O projeto é, de fato, uma iniciativa real. A conquista do Programa é sobretudo da comunidade. A Prefeitura encontra-se atualmente na fase de preparação do Programa junto ao agente financiador. O Programa tem forte caráter ambiental e de saneamento, promovendo também uma convivência mais harmoniosa com os cursos d'água. Trata-se de um trabalho contínuo, no qual a PBH busca avançar de forma consistente, ainda que os resultados demandem tempo.

O compromisso da prefeitura é garantir que nenhuma família em situação de vulnerabilidade fique sem atendimento. O reassentamento será feito com respeito e cuidado com as condições de cada família.

Para os moradores que são proprietários das suas benfeitorias e atendam aos critérios, não há custos para o reassentamento. Será oferecido o reassentamento em unidades habitacionais para as famílias moradoras (inquilinas), com custos subsidiados e compatíveis com a renda familiar mensal, concomitante ao ressarcimento do imóvel ao proprietário.

**Pergunta original: 16*

26) Elogiou o Programa e falou da importância de tirar a população das áreas de risco/mancha de inundação. Parabeniza o secretário Leandro e sua equipe.

R: A Prefeitura agradece o reconhecimento e reforça que a participação da comunidade é essencial para que o Programa seja cada vez mais inclusivo e eficiente. A retirada de famílias de áreas de risco é uma das prioridades do DRENURBS, pois promove mais segurança, dignidade e qualidade de vida para todos. Esse processo será feito com planejamento, diálogo e respeito às necessidades de cada comunidade.

**Pergunta original: 17*

27) Relato da moradora relembra os impactos da chuva de janeiro de 2020, que atingiu sua casa. Na ocasião, a Prefeitura acolheu a família em um abrigo e ofereceu o aluguel de outra moradia, mas o pagamento foi interrompido. A orientação recebida foi para retornar à antiga residência, considerada segura, porém a moradora recusou devido à sensação de insegurança. Ressalta-se a ausência de acompanhamento da assistência social no processo de retorno e as dificuldades enfrentadas atualmente para arcar com o aluguel. Apesar disso, manifesta esperança com o avanço do projeto.

R: A equipe da URBEL registrou o caso para garantir o atendimento adequado. A área será acompanhada pelo GGRD (Grupo de Gestão de Riscos e Desastres), responsável por coordenar ações em locais com risco, especialmente durante o período de chuvas. Esse grupo reúne várias secretarias da Prefeitura e atua de forma integrada para garantir segurança e proteção às famílias. A Prefeitura reforça o compromisso com a escuta ativa da população e com soluções que tragam mais estabilidade e dignidade às pessoas atingidas por eventos extremos.

A comunicação com as famílias será reforçada a partir do início do Trabalho Técnico Social no território, previsto para começar em 2026. Nesse período, será instalado um escritório social no local para atendimento direto às famílias, além da criação de grupos de trabalho com participação da comunidade. Também serão disponibilizados canais de telefone e WhatsApp para esclarecer dúvidas e registrar demandas, bem como mecanismos de escuta para recebimento de queixas e sugestões, que funcionarão durante toda a execução do projeto e continuarão mesmo após as obras. Ao longo dessa etapa social, serão realizadas reuniões periódicas com as famílias, nas quais o cronograma e as ações serão apresentados de forma mais detalhada e clara.

**Pergunta original: 18*

28) Manifestada preocupação com a acessibilidade no processo de reassentamento, especialmente em relação às pessoas idosas e com dificuldade de locomoção. Questiona se

os projetos preveem soluções de acessibilidade, tanto dentro quanto fora das novas moradias.

R: Será feito um processo de construção coletiva com a comunidade para identificar as prioridades e necessidades das famílias. A Política Municipal de Habitação prevê a escuta das pessoas atingidas e garante que as questões de acessibilidade sejam consideradas desde o planejamento dos projetos. Isso inclui garantir condições adequadas para pessoas idosas e com mobilidade reduzida, dentro e fora das residências.

**Pergunta original: 21*

TEMA: CRONOGRAMA

29) Moradora da região Norte relata que há 16 anos convive com os impactos das fortes inundações. Questiona se as obras do Programa DRENURBS 2 realmente vão acontecer e quando terão início.

R: A expectativa é que a Prefeitura assine o contrato de financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no próximo ano, em 2026. A partir dessa assinatura, o cronograma de obras será definido. A Prefeitura reforça o compromisso de priorizar as áreas mais afetadas e manter a população informada sobre cada etapa do processo.

**Pergunta original: 20*

30) Foi questionado se o contrato de financiamento com o BID já foi assinado e qual o prazo previsto para o reassentamento das famílias.

R: O processo de financiamento tem duas etapas principais. A primeira é a negociação com o agente financiador, que envolve várias fases. A expectativa é concluir essa negociação ainda este ano e assinar o contrato no próximo, após aprovação pelo Senado. Enquanto isso, a Prefeitura já está avançando no desenvolvimento do Programa, com a SUDECAP responsável pela elaboração dos projetos.

A primeira fase de implementação de uma intervenção em qualquer território será o início do Trabalho Técnico Social e, segundo planejamento da Prefeitura, ele se iniciará nos territórios selecionados em 2026. Será nessa fase, antes das obras, que será instalado um escritório social no local para atendimento direto às famílias, além da criação de grupos de trabalho com participação da comunidade. Também serão disponibilizados canais de telefone e WhatsApp para esclarecer dúvidas e registrar demandas, bem como mecanismos de escuta para recebimento de queixas e sugestões, que funcionarão durante toda a execução do projeto e continuarão mesmo após as obras. Ao longo dessa etapa social, serão realizadas reuniões periódicas com as famílias, nas quais o cronograma e as ações serão apresentados de forma mais detalhada e clara.

**Pergunta original: 25*



PERGUNTAS E RESPOSTAS - CONSULTA PÚBLICA 18/08/25 - EMBIRA
(VILA BIQUINHAS)

TEMA: REASSENTAMENTO

31) Como saber se um imóvel está dentro da área do projeto e se será necessário sair por causa das obras?

R: Segundo o Plano de Reassentamento Involuntário, só serão removidos ou indenizados os imóveis que estiverem dentro da área das obras e que se encaixam em dois critérios: risco de desastre que não pode ser resolvido ou imóvel localizado onde será realizada alguma obra. Se o imóvel não se enquadrar nesses critérios, não haverá reassentamento ou indenização.

O endereço citado está dentro da área de intervenção (*bairro Heliópolis - Rua Nossa Senhora Eucarística (número retirado LGPD)*), mas ainda não é possível confirmar se será necessário a mudança. Essa definição só será feita durante o andamento do projeto.

A comunicação com as famílias será reforçada a partir do início do Trabalho Técnico Social no território, previsto para começar em 2026. Nesse período, será instalado um escritório social no local para atendimento direto às famílias, além da criação de grupos de trabalho com participação da comunidade. Também serão disponibilizados canais de telefone e WhatsApp para esclarecer dúvidas e registrar demandas, bem como mecanismos de escuta para recebimento de queixas e sugestões, que funcionarão durante toda a execução do projeto e continuarão mesmo após as obras. Ao longo dessa etapa social, serão realizadas reuniões periódicas com as famílias, nas quais o cronograma e as ações serão apresentados de forma mais detalhada e clara.

**Pergunta original: 28*

32) Quem precisar sair de casa por causa das obras vai voltar para o mesmo lugar depois? E as novas casas serão iguais às antigas?

R: Segundo o Plano de Reassentamento Involuntário, só serão removidos ou indenizados os imóveis que estiverem dentro da área das obras e que se encaixam em dois critérios: risco de desastre que não pode ser resolvido ou imóvel localizado onde será realizada alguma obra. Se o imóvel não se enquadrar nesses critérios, não haverá reassentamento ou indenização.

Segundo a Política Municipal de Habitação a prioridade de reassentamento e construção de Unidades Habitacionais é no mesmo território de origem, porém a família possui um leque de opções disponíveis e pode optar por uma solução de reassentamento que não seja no mesmo território, obedecendo as opções descritas por categoria no Plano de

Quando houver reassentamento, as famílias poderão receber novas moradias em Unidade Habitacionais com 2 ou 3 quartos. O tamanho é definido de acordo com o perfil da família,



levando em conta quantas pessoas moram juntas e como elas se organizam. As novas moradias seguem um modelo padrão da Prefeitura, não sendo cópias exatas das casas antigas.

A comunicação com as famílias será reforçada a partir do início do Trabalho Técnico Social no território, previsto para começar em 2026. Nesse período, será instalado um escritório social no local para atendimento direto às famílias, além da criação de grupos de trabalho com participação da comunidade. Também serão disponibilizados canais de telefone e WhatsApp para esclarecer dúvidas e registrar demandas, bem como mecanismos de escuta para recebimento de queixas e sugestões, que funcionarão durante toda a execução do projeto e continuarão mesmo após as obras. Ao longo dessa etapa social, serão realizadas reuniões periódicas com as famílias, nas quais o cronograma e as ações serão apresentados de forma mais detalhada e clara.

**Pergunta original: 29*

33) Quem mora de aluguel ou cedido também pode receber casa ou apartamento no reassentamento? E demora mais para conseguir?

R: Quem é inquilino ou mora em imóvel cedido também pode ser atendido pelo reassentamento, mas existem regras e critérios específicos definidos pelo Conselho Municipal de Habitação. O tipo de moradia e o prazo vão depender da análise de cada caso. Será oferecido o reassentamento em unidades habitacionais para as famílias moradoras (inquilinas), com custos subsidiados e compatíveis com a renda familiar mensal, concomitante ao ressarcimento do imóvel ao proprietário. (página 115 do Plano de Reassentamento involuntário). O prazo para recebimento das unidades habitacionais depende da entrega da obra.

**Pergunta original: 30 e 40*

34) Como faço para receber uma casa se não quiser reassentamento em apartamento? E como posso cadastrar meu imóvel?

R: Segundo o Plano de Reassentamento Involuntário, só serão removidos ou indenizados os imóveis que estiverem dentro da área das obras e que se encaixam em dois critérios: risco de desastre que não pode ser resolvido ou imóvel localizado onde será realizada alguma obra. Se o imóvel não se enquadrar nesses critérios, não haverá reassentamento ou indenização.

O cadastro do imóvel deve ser feito junto à equipe do programa, que verifica se ele se

enquadra nesses critérios. Segundo o Plano de Reassentamento Involuntário, existem várias opções para quem é dono e não quer unidade habitacional. (Reassentamento Monitorado e Indenização pela benfeitoria).



Conforme a Política Municipal de Habitação, as famílias que moram em imóveis residenciais e são proprietárias das melhorias feitas na propriedade podem escolher entre as seguintes opções:

- Unidade Habitacional Construída: entrega de uma unidade habitacional, construída dentro do Programa, para o reassentamento definitivo das famílias que precisaram se deslocar involuntariamente. É a principal estratégia de atendimento habitacional, focada principalmente nas famílias em situação de maior vulnerabilidade social.
- Reassentamento Monitorado: a família recebe apoio técnico e acompanhamento social para a compra de um imóvel, com valor estabelecido pelo PROAS, já existente em Belo Horizonte ou no colar metropolitano.
- Indenização pela Benfeitoria: a avaliação dos imóveis será feita por profissionais especializados, seguindo regras técnicas definidas pela Prefeitura. O valor da indenização leva em conta o estado do imóvel, tamanho do terreno e outras características
- Bolsa Moradia: é uma solução temporária que foi criada para dar apoio financeiro às famílias em situação de vulnerabilidade durante processos de reassentamento habitacional.

A comunicação com as famílias será reforçada a partir do início do Trabalho Técnico Social no território, previsto para começar em 2026. Nesse período, será instalado um escritório social no local para atendimento direto às famílias, além da criação de grupos de trabalho com participação da comunidade. Também serão disponibilizados canais de telefone e WhatsApp para esclarecer dúvidas e registrar demandas, bem como mecanismos de escuta para recebimento de queixas e sugestões, que funcionarão durante toda a execução do projeto e continuarão mesmo após as obras. Ao longo dessa etapa social, serão realizadas reuniões periódicas com as famílias, nas quais o cronograma e as ações serão apresentados de forma mais detalhada e clara.

**Pergunta original: 32 e 33*

35) Um imóvel de herança que não está em área de risco será indenizado? E, se for, todos os herdeiros poderão ser reassentados no mesmo local?

R: Segundo o Plano de Reassentamento Involuntário, só serão removidos ou indenizados os imóveis que estiverem dentro da área das obras e que se encaixam em dois critérios: risco de desastre que não pode ser resolvido ou imóvel localizado onde será realizada alguma obra. Se o imóvel não se enquadrar nesses critérios, não haverá reassentamento ou indenização.

Conforme a Política Municipal de Habitação, as famílias que moram em imóveis residenciais e são proprietárias das melhorias feitas na propriedade podem escolher entre as seguintes opções:

- Unidade Habitacional Construída: entrega de uma unidade habitacional, construída dentro do Programa, para o reassentamento definitivo das famílias que precisaram se

18



deslocar involuntariamente. É a principal estratégia de atendimento habitacional, focada principalmente nas famílias em situação de maior vulnerabilidade social. • Reassentamento Monitorado: a família recebe apoio técnico e acompanhamento social para a compra de um imóvel, com valor estabelecido pelo PROAS, já existente em Belo Horizonte ou no colar metropolitano.

- Indenização pela Benfeitoria: a avaliação dos imóveis será feita por profissionais especializados, seguindo regras técnicas definidas pela Prefeitura. O valor da indenização leva em conta o estado do imóvel, tamanho do terreno e outras características
- Bolsa Moradia: é uma solução temporária que foi criada para dar apoio financeiro às famílias em situação de vulnerabilidade durante processos de reassentamento habitacional.

A comunicação com as famílias será reforçada a partir do início do Trabalho Técnico Social no território, previsto para começar em 2026. Nesse período, será instalado um escritório social no local para atendimento direto às famílias, além da criação de grupos de trabalho com participação da comunidade. Também serão disponibilizados canais de telefone e WhatsApp para esclarecer dúvidas e registrar demandas, bem como mecanismos de escuta para recebimento de queixas e sugestões, que funcionarão durante toda a execução do projeto e continuarão mesmo após as obras. Ao longo dessa etapa social, serão realizadas reuniões periódicas com as famílias, nas quais o cronograma e as ações serão apresentados de forma mais detalhada e clara.

**Pergunta original: 34*

36) A Avenida Nossa Senhora da Eucaristia vai ser ligada da parte de baixo até a parte de cima, chegando à Rua São Bernardo?

R: O Córrego Embira encontra-se em fase de projetos, e será definida a melhor conformação para assegurar a mobilidade na região, contemplando pedestres e veículos. O projeto do Córrego Embira prevê a construção de travessias que conectam diferentes áreas (a parte de baixo com a parte de cima), favorecendo o acesso, a circulação e a integração das comunidades (Plano de Gestão Ambiental e Social – p. 25).

**Pergunta original: 35*

37) Como posso verificar se meu imóvel será afetado pelo projeto?

R: Segundo o Plano de Reassentamento Involuntário, só serão removidos ou indenizados os imóveis que estiverem dentro da área das obras e que se encaixam em dois critérios: risco de desastre que não pode ser resolvido ou imóvel localizado onde será realizada alguma obra. Se o imóvel não se enquadrar nesses critérios, não haverá reassentamento ou indenização.

19



A confirmação se um imóvel será afetado só poderá ser feita durante a elaboração detalhada do projeto. A comunicação com as famílias será reforçada a partir do início do Trabalho Técnico Social no território, previsto para começar em 2026. Nesse período, será instalado um escritório social no local para atendimento direto às famílias, além da criação de grupos de trabalho com participação da comunidade. Também serão disponibilizados canais de telefone e WhatsApp para esclarecer dúvidas e registrar demandas, bem como mecanismos de escuta para recebimento de queixas e sugestões, que funcionarão durante toda a execução do projeto e continuarão mesmo após as obras. Ao longo dessa etapa social, serão realizadas reuniões periódicas com as famílias, nas quais o cronograma e as ações serão apresentados de forma mais detalhada e clara.

**Pergunta original: 39*

38) Quanto tempo vai levar até o início das remoções? Vale a pena investir em melhorias no imóvel?

R: Nesta fase, não é possível estimar um cronograma preciso do início das remoções. O Programa DRENURBS 2 ainda está em fase de preparação com o banco financiador. A previsão é que a Prefeitura assine o contrato de financiamento com o BID em 2026. Depois disso, os projetos executivos precisam ser concluídos e as obras licitadas. Ressalta-se que antes das obras iniciarem, o território contará com o Trabalho Técnico Social, que estará no local para garantir a boa comunicação com as famílias e comunidades, dialogando, recebendo queixas e dúvidas e preparando as famílias afetadas para o processo de reassentamento. As datas exatas de obras serão comunicadas com muita antecedência pela Prefeitura e dependem do cronograma de remoção e reassentamento.

Segundo o Plano de Reassentamento Involuntário, só serão removidos ou indenizados os imóveis que estiverem dentro da área das obras e que se encaixam em dois critérios: risco de desastre que não pode ser resolvido ou imóvel localizado onde será realizada alguma obra. Se o imóvel não se enquadrar nesses critérios, não haverá reassentamento ou indenização.

Como algumas casas na Vila serão removidas, recomenda-se que sejam feitas apenas melhorias essenciais para o conforto e segurança da família, evitando grandes investimentos.

**Pergunta original: 41*

39) Como será o atendimento para famílias que têm animais ou familiares com deficiência?

R: O atendimento às famílias seguirá critérios da Política Municipal de Habitação da Prefeitura para garantir apoio adequado a quem tem animais de estimação ou familiares com

20



deficiência, e que será tratado cuidadosamente caso a caso pela equipe social de acompanhamento do empreendimento.

**Pergunta original: 42*

40) As áreas vagas da Rua Joaquim Tibúrcio serão usadas para construir os apartamentos?

R: Quanto às áreas vagas da Rua Joaquim Tibúrcio, ainda não há definição se serão utilizadas na construção de apartamentos; isso será decidido durante o desenvolvimento e detalhamento do projeto.

**Pergunta original: 42*

41) Minha casa na Rua dos Lazaristas será contemplada pelo projeto?

R: Segundo o Plano de Reassentamento Involuntário, só serão removidos ou indenizados os imóveis que estiverem dentro da área das obras e que se encaixam em dois critérios: risco de desastre que não pode ser resolvido ou imóvel localizado onde será realizada alguma obra. Se o imóvel não se enquadrar nesses critérios, não haverá reassentamento ou indenização.

O endereço informado está dentro da área de intervenção, mas só será confirmado durante o desenvolvimento detalhado do projeto se será necessária a mudança.

**Pergunta original: 43*

42) O espaço que uso como oficina e garagem é considerado uso misto da casa?

R: Sim. Quando uma parte do imóvel é usada para atividades diferentes da moradia, como oficina ou comércio, isso é considerado uso misto do domicílio. Segundo o Plano de Reassentamento Involuntário, será garantido o atendimento das famílias com o reassentamento, conjugado com alternativas a serem apresentadas para reinstalação e manutenção da atividade econômica.

**Pergunta original: 44*

43) Casa na Rua dos Mauês recebe água na laje e não tem saída, além de ter uma criança com necessidades especiais. Será contemplada pelo projeto?

R: Segundo o Plano de Reassentamento Involuntário, só serão removidos ou indenizados os imóveis que estiverem dentro da área das obras e que se encaixam em dois critérios: risco de desastre que não pode ser resolvido ou imóvel localizado onde será realizada alguma

21



obra. Se o imóvel não se enquadrar nesses critérios, não haverá reassentamento ou indenização.

O endereço informado está dentro da área de intervenção, mas só será definido durante o desenvolvimento detalhado do projeto se será necessária a realocação.

**Pergunta original: 45*



**PERGUNTAS E RESPOSTAS - CONSULTA PÚBLICA 19/08/25 - VÁRZEA DA PALMA
(VILA DO ÍNDIO)**

TEMA: REASSENTAMENTO

44) Minha casa na Rua dos Moicanos, Beco Boa Vista, será impactada pelo projeto?

R: Segundo o Plano de Reassentamento Involuntário, só serão removidos ou indenizados os imóveis que estiverem dentro da área das obras e que se encaixam em dois critérios: risco de desastre que não pode ser resolvido ou imóvel localizado onde será realizada alguma obra. Se o imóvel não se enquadrar nesses critérios, não haverá reassentamento ou indenização.

O endereço informado está dentro da área de intervenção, mas só será definido durante o desenvolvimento detalhado do projeto se será necessária a realocação.

**Pergunta original: 46*

45) Como será o atendimento para quem mora de aluguel?

R: Quem é inquilino ou mora em imóvel de aluguel também pode ser atendido pelo reassentamento, mas existem regras e critérios específicos definidos pelo Conselho Municipal de Habitação. O tipo de moradia e o prazo vão depender da análise de cada caso. Será oferecido o reassentamento em unidades habitacionais para as famílias moradoras (inquilinas), com custos subsidiados e compatíveis com a renda familiar mensal, concomitante ao ressarcimento do imóvel ao proprietário. (página 115 do Plano de Reassentamento involuntário).

**Pergunta original: 47, 68 e 85*

46) É possível construir casas geminadas para famílias que moram separadas, mas em um mesmo lote?

R: A construção de casas geminadas pode ser considerada, mas depende do planejamento do projeto e das regras do reassentamento. Cada caso será analisado durante o desenvolvimento detalhado do DRENURBS 2.

**Pergunta original: 49*

47) Quando vai começar a remoção das casas? Todas as casas serão removidas?

R: Nesta fase, não é possível estimar um cronograma preciso de retirada das casas. O Programa DRENURBS 2 ainda está em fase de preparação com o banco financiador. A previsão é que a Prefeitura assine o contrato de financiamento com o BID em 2026. Depois

23



disso, os projetos executivos precisam ser concluídos e as obras licitadas. Ressalta-se que antes das obras iniciarem, o território contará com o Trabalho Técnico Social, que estará no local para garantir a boa comunicação com as famílias e comunidades, dialogando, recebendo queixas e dúvidas e preparando as famílias afetadas para o processo de reassentamento. As datas exatas de obras serão comunicadas com muita antecedência

pela Prefeitura e dependem do cronograma de remoção e reassentamento.

Segundo o Plano de Reassentamento Involuntário, só serão removidos ou indenizados os imóveis que estiverem dentro da área das obras e que se encaixam em dois critérios: risco de desastre que não pode ser resolvido ou imóvel localizado onde será realizada alguma obra. Se o imóvel não se enquadrar nesses critérios, não haverá reassentamento ou indenização.

**Pergunta original: 50*

48) Posso ser reassentado apenas na mesma região onde moro, sem ir para outro bairro?

R: O Plano de Reassentamento prevê diferentes alternativas para atender aos diversos perfis de famílias e pessoas afetadas, conforme os critérios estabelecidos pela Prefeitura e pela Política de Habitação. A prioridade do Programa DRENURBS é garantir a construção de novas unidades habitacionais dentro do próprio território, de forma a manter as famílias o mais próximas possível de sua comunidade de origem.

Além disso, na modalidade de compra monitorada, existe a possibilidade de a família, respeitando os critérios de elegibilidade, escolher um imóvel no mesmo bairro. Nos casos de indenização, a família também pode optar por adquirir um imóvel na própria região. É importante destacar que a definição da solução de reassentamento depende do enquadramento e da situação de cada família, assim como da categoria em que se enquadra no Plano de Reassentamento.

A comunicação com as famílias será reforçada a partir do início do Trabalho Técnico Social no território, previsto para começar em 2026. Nesse período, será instalado um escritório social no local para atendimento direto às famílias, além da criação de grupos de trabalho com participação da comunidade. Também serão disponibilizados canais de telefone e WhatsApp para esclarecer dúvidas e registrar demandas, bem como mecanismos de escuta para recebimento de queixas e sugestões, que funcionarão durante toda a execução do projeto e continuarão mesmo após as obras. Ao longo dessa etapa social, serão realizadas reuniões periódicas com as famílias, nas quais o cronograma e as ações serão apresentados de forma mais detalhada e clara.

**Pergunta original: 52*



49) Como saber se meu imóvel com escritura está na área do projeto? E como será feita a avaliação do terreno, se parte dele desmoronou?

R: Segundo o Plano de Reassentamento Involuntário, só serão removidos ou indenizados os imóveis que estiverem dentro da área das obras e que se encaixam em dois critérios:

risco de desastre que não pode ser resolvido ou imóvel localizado onde será realizada alguma obra. Se o imóvel não se enquadrar nesses critérios, não haverá reassentamento ou indenização. A avaliação dos imóveis será feita por profissionais especializados, seguindo regras técnicas definidas pela Prefeitura. O valor da indenização leva em conta o estado do imóvel, tamanho do terreno e outras características.

**Pergunta original: 53*

50) Os entulhos das casas já removidas serão retirados? Estão atraindo animais peçonhentos.

R: Sim. A Prefeitura prevê a remoção dos entulhos das casas retiradas para garantir segurança e higiene na área, evitando problemas com animais e riscos à saúde. Para as famílias já removidas por risco, a retirada dos entulhos está em curso.

**Pergunta original: 55*

51) Como será feita a avaliação dos imóveis para pagamento da indenização?

R: Segundo o Plano de Reassentamento Involuntário, a avaliação dos imóveis será feita por profissionais especializados, seguindo regras técnicas definidas pela Prefeitura. O valor da indenização leva em conta o estado do imóvel, tamanho do terreno e outras características.

**Pergunta original: 56 e 62*

52) Quem precisou se mudar do imóvel por motivos de saúde também terá direito ao reassentamento?

R: As famílias que precisaram sair de seus imóveis por motivos de saúde ou situações especiais podem ser incluídas no reassentamento, seguindo os critérios definidos pelo programa DRENURBS 2 e pela Prefeitura.

**Pergunta original: 57*

53) Como funciona o reassentamento pelo programa Minha Casa, Minha Vida? R:

O Programa Minha Casa Minha Vida não faz parte do Programa DRENURBS 2.



Para o Programa DRENURBS 2, segundo o Plano de Reassentamento Involuntário, só serão removidos ou indenizados os imóveis que estiverem dentro da área das obras e que se encaixam em dois critérios: risco de desastre que não pode ser resolvido ou imóvel localizado onde será realizada alguma obra. Se o imóvel não se enquadrar nesses critérios,

não haverá reassentamento ou indenização.

A localização dos prédios será definida durante o desenvolvimento detalhado do projeto, considerando disponibilidade de área, segurança e planejamento urbano.

A comunicação com as famílias será reforçada a partir do início do Trabalho Técnico Social no território, previsto para começar em 2026. Nesse período, será instalado um escritório social no local para atendimento direto às famílias, além da criação de grupos de trabalho com participação da comunidade. Também serão disponibilizados canais de telefone e WhatsApp para esclarecer dúvidas e registrar demandas, bem como mecanismos de escuta para recebimento de queixas e sugestões, que funcionarão durante toda a execução do projeto e continuarão mesmo após as obras. Ao longo dessa etapa social, serão realizadas reuniões periódicas com as famílias, nas quais o cronograma e as ações serão apresentados de forma mais detalhada e clara.

**Pergunta original: 59*

54) Como funciona o reassentamento monitorado?

R: Segundo o Plano de Reassentamento Involuntário, o reassentamento monitorado é a aquisição assistida de imóvel até o limite de valor definido pelo PROAS. A família é responsável por identificar um imóvel dentro do valor de referência. O imóvel proposto é avaliado pela URBEL, que verifica critérios de segurança, habitabilidade e compatibilidade com o valor de mercado. A legislação permite que a aquisição ocorra dentro município de Belo Horizonte ou no colar metropolitano, desde que o imóvel atenda aos parâmetros técnicos exigidos. Essa flexibilidade territorial amplia as opções para famílias que desejam se mudar para regiões específicas.

**Pergunta original: 63*

55) Saí do meu imóvel em dezembro de 2024. Quando será feita a avaliação para indenização?

R: Nesta fase, não é possível estimar um cronograma preciso. O Programa DRENURBS 2 ainda está em fase de preparação com o banco financiador. A previsão é que a Prefeitura assine o contrato de financiamento com o BID em 2026. Depois disso, os projetos executivos precisam ser concluídos e as obras licitadas. Ressalta-se que antes das obras iniciarem, o território contará com o Trabalho Técnico Social, que estará no local para garantir a boa comunicação com as famílias e comunidades, dialogando, recebendo queixas e dúvidas e preparando as famílias afetadas para o processo de reassentamento. As datas exatas de

26



obras serão comunicadas com muita antecedência pela Prefeitura e dependem do cronograma de remoção e reassentamento.

**Pergunta original: 65*

56) Onde serão construídos os prédios do Minha Casa, Minha Vida?

R: O Programa Minha Casa Minha Vida não faz parte do Programa DRENURBS 2. A lista dos empreendimentos do Minha Casa Minha Vida em Belo Horizonte está disponível no site <https://prefeitura.pbh.gov.br/urbel/minha-casa-minha-vida>

**Pergunta original: 67*

57) Como é feita a avaliação dos imóveis para indenização e como posso optar por receber um apartamento?

R: Segundo o Plano de Reassentamento Involuntário, a avaliação dos imóveis será feita por profissionais especializados, seguindo regras técnicas definidas pela Prefeitura. O valor da indenização leva em conta o estado do imóvel, tamanho do terreno e outras características, conforme normas do programa DRENURBS 2.

Segundo a Política Municipal de Habitação a prioridade de reassentamento e construção de Unidades Habitacionais é no mesmo território de origem, porém a família possui um leque de opções disponíveis e pode optar por uma solução de reassentamento que não seja no mesmo território, obedecendo as opções descritas por categoria no Plano de Reassentamento (tabela da página 3)

É importante destacar que a definição da solução de reassentamento depende do enquadramento e da situação de cada família, assim como da categoria em que se enquadra no Plano de Reassentamento

A comunicação com as famílias será reforçada a partir do início do Trabalho Técnico Social no território, previsto para começar em 2026. Nesse período, será instalado um escritório social no local para atendimento direto às famílias, além da criação de grupos de trabalho com participação da comunidade. Também serão disponibilizados canais de telefone e WhatsApp para esclarecer dúvidas e registrar demandas, bem como mecanismos de escuta para recebimento de queixas e sugestões, que funcionarão durante toda a execução do projeto e continuarão mesmo após as obras. Ao longo dessa etapa social, serão realizadas reuniões periódicas com as famílias, nas quais o cronograma e as ações serão apresentados de forma mais detalhada e clara.

**Pergunta original: 69*

27



58) Existe um valor mínimo para as avaliações dos imóveis? Quais critérios definem o valor

do metro quadrado?

R: Segundo o Plano de Reassentamento Involuntário, a avaliação dos imóveis será feita por profissionais especializados, seguindo regras técnicas definidas pela Prefeitura. O valor da indenização leva em conta o estado do imóvel, tamanho do terreno e outras características, conforme normas do programa DRENURBS 2. Não há um valor mínimo fixo; o cálculo do metro quadrado é feito com base nesses parâmetros técnicos para garantir que a indenização seja justa.

**Pergunta original: 70*

59) Os imóveis comerciais também recebem auxílio aluguel?

R: Sim. Os imóveis comerciais localizados em áreas de intervenção podem receber auxílio Comércio (aluguel), seguindo regras específicas definidas pelo programa DRENURBS 2 e pela Prefeitura. O auxílio Comércio é um benefício financeiro temporário destinado a apoiar a recomposição econômica de comerciantes ou prestadores de serviço cujos imóveis tenham sido removidos. A URBEL – Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte é responsável pela sua execução e acompanhamento.

**Pergunta original: 71*

60) Se eu sou inquilina, posso comprar o imóvel após o término do aluguel? Se comprar, terei direito à indenização?

R: Será oferecido o reassentamento em unidades habitacionais para as famílias moradoras (inquilinas), com custos subsidiados e compatíveis com a renda familiar mensal, concomitante ao ressarcimento do imóvel ao proprietário.

Se o imóvel for adquirido após a selagem, a indenização será analisada caso a caso, seguindo as regras do programa DRENURBS 2 e da Prefeitura.

É importante destacar que a definição da solução de reassentamento depende do enquadramento e da situação de cada família, assim como da categoria em que se encontra no Plano de Reassentamento

**Pergunta original: 72*

61) Todos os moradores terão direito ao reassentamento pelo Minha Casa, Minha Vida? Quem tem dívidas também pode participar?

R: O Programa Minha Casa Minha Vida não faz parte do Programa DRENURBS 2.



Para o Programa DRENURBS 2, segundo o Plano de Reassentamento Involuntário, só serão removidos ou indenizados os imóveis que estiverem dentro da área das obras e que se encaixam em dois critérios: risco de desastre que não pode ser resolvido ou imóvel localizado onde será realizada alguma obra. Se o imóvel não se enquadrar nesses critérios, não haverá reassentamento ou indenização.

**Pergunta original: 73*

62) Quem já recebe o Bolsa Moradia vai receber a indenização assim que o recurso para a obra for liberado?

R: Sim, quem recebe o Bolsa Moradia terá o valor da indenização definido e pago conforme a avaliação do imóvel e a liberação dos recursos, seguindo os prazos do programa.

Quando houver reassentamento, as famílias poderão receber novas moradias com 2 ou 3 quartos. O tamanho é definido de acordo com o perfil da família, levando em conta quantas pessoas moram juntas e como elas se organizam. As novas moradias seguem um modelo padrão da Prefeitura, não sendo cópias exatas das casas antigas.

É importante destacar que a definição da solução de reassentamento depende do enquadramento e da situação de cada família, assim como da categoria em que se encontra no Plano de Reassentamento

A comunicação com as famílias será reforçada a partir do início do Trabalho Técnico Social no território, previsto para começar em 2026. Nesse período, será instalado um escritório social no local para atendimento direto às famílias, além da criação de grupos de trabalho com participação da comunidade. Também serão disponibilizados canais de telefone e WhatsApp para esclarecer dúvidas e registrar demandas, bem como mecanismos de escuta para recebimento de queixas e sugestões, que funcionarão durante toda a execução do projeto e continuarão mesmo após as obras. Ao longo dessa etapa social, serão realizadas reuniões periódicas com as famílias, nas quais o cronograma e as ações serão apresentados de forma mais detalhada e clara.

**Pergunta original: 74*

63) Quem comprou um imóvel após a selagem e o cadastro tem os mesmos direitos que o antigo proprietário?

R: Os direitos sobre reassentamento ou indenização seguem as regras do programa DRENURBS 2. A situação de cada imóvel será analisada individualmente e, se confirmada a transferência da posse e o atendimento aos critérios, o reassentamento poderá ser realizado.

**Pergunta original: 75*



64) Meu imóvel na Várzea da Palma será removido? Mesmo não estando de frente para o córrego, a enxurrada impede a saída da casa quando chove.

R: Segundo o Plano de Reassentamento Involuntário, só serão removidos ou indenizados os imóveis que estiverem dentro da área das obras e que se encaixam em dois critérios: risco de desastre que não pode ser resolvido ou imóvel localizado onde será realizada alguma obra. Se o imóvel não se enquadrar nesses critérios, não haverá reassentamento ou indenização.

O endereço informado está dentro da área de intervenção, mas só será definido durante o desenvolvimento detalhado do projeto se será necessária a realocação.

**Pergunta original: 77*

65) Quando serão removidas as outras moradias na Vila?

R: Segundo o Plano de Reassentamento Involuntário, só serão removidos ou indenizados os imóveis que estiverem dentro da área das obras e que se encaixam em dois critérios: risco de desastre que não pode ser resolvido ou imóvel localizado onde será realizada alguma obra. Se o imóvel não se enquadrar nesses critérios, não haverá reassentamento ou indenização.

Nesta fase, não é possível estimar um cronograma preciso de retirada das moradias. O Programa DRENURBS 2 ainda está em fase de preparação com o banco financiador. A previsão é que a Prefeitura assine o contrato de financiamento com o BID em 2026. Depois disso, os projetos executivos precisam ser concluídos e as obras licitadas. Ressalta-se que antes das obras iniciarem, o território contará com o Trabalho Técnico Social, que estará no local para garantir a boa comunicação com as famílias e comunidades, dialogando, recebendo queixas e dúvidas e preparando as famílias afetadas para o processo de reassentamento. As datas exatas de obras serão comunicadas com muita antecedência pela Prefeitura e dependem do cronograma de remoção e reassentamento.

**Pergunta original: 78*

66) Na avaliação dos imóveis, será considerado o que a família investiu em materiais e mão de obra? Quem receberá a indenização também terá direito ao reassentamento?

R: Segundo o Plano de Reassentamento Involuntário, a avaliação dos imóveis será feita por profissionais especializados, seguindo regras técnicas definidas pela Prefeitura. O valor da indenização leva em conta o estado do imóvel, tamanho do terreno e outras características,



Quem optar por receber a indenização não terá direito ao reassentamento, dependendo da situação do imóvel e das regras do programa DRENURBS 2.

**Pergunta original: 79*

67) Quando serão entregues os apartamentos para os reassentados?

R: A entrega dos apartamentos acontecerá somente após a conclusão das obras das Unidades Habitacionais. Nesta fase, não é possível estimar um cronograma preciso de entrega das unidades habitacionais. O Programa DRENURBS 2 ainda está em fase de preparação com o banco financiador. A previsão é que a Prefeitura assine o contrato de financiamento com o BID em 2026. Depois disso, os projetos executivos precisam ser concluídos e as obras licitadas. Ressalta-se que antes das obras iniciarem, o território contará com o Trabalho Técnico Social, que estará no local para garantir a boa comunicação com as famílias e comunidades, dialogando, recebendo queixas e dúvidas e preparando as famílias afetadas para o processo de reassentamento. As datas exatas de obras serão comunicadas com muita antecedência pela Prefeitura e dependem do cronograma de remoção e reassentamento.

**Pergunta original: 80*

68) Como funciona o programa Minha Casa, Minha Vida? Os moradores são obrigados a aceitar o cadastro?

R: O Programa Minha Casa Minha Vida não faz parte do Programa DRENURBS 2. O Minha Casa, Minha Vida oferece moradias para famílias que atendem aos critérios do programa. Nenhum morador é obrigado a aceitar o cadastro; a participação é voluntária. Cada família pode decidir se quer ou não participar do reassentamento por esse programa.

**Pergunta original: 81*

69) Quem já recebe o Bolsa Moradia pode receber a indenização agora?

R: Sim, quem recebe o Bolsa Moradia terá o valor da indenização definido e pago conforme a avaliação do imóvel e a liberação dos recursos, seguindo os prazos do programa.

**Pergunta original: 82*

70) Quanto tempo demora o processo de indenização?

R: Segundo o Plano de Reassentamento Involuntário, a avaliação dos imóveis será feita por profissionais especializados, seguindo regras técnicas definidas pela Prefeitura. O valor da



indenização leva em conta o estado do imóvel, tamanho do terreno e outras características, conforme normas do programa DRENURBS 2. O tempo do processo depende da avaliação do imóvel, do cadastro da família, e da liberação dos recursos pelo programa DRENURBS 2. Por isso, a Prefeitura não consegue informar uma data exata, mas acompanha cada etapa para garantir que a indenização seja paga de forma correta. A expectativa da Prefeitura é que o Trabalho Social no território se inicie em 2026.

**Pergunta original: 83*

71) Já existe uma data definida para a retirada das casas?

R: Nesta fase, não é possível estimar um cronograma preciso de retirada das casas. O Programa DRENURBS 2 ainda está em fase de preparação com o banco financiador. A previsão é que a Prefeitura assine o contrato de financiamento com o BID em 2026. Depois disso, os projetos executivos precisam ser concluídos e as obras licitadas. Ressalta-se que antes das obras iniciarem, o território contará com o Trabalho Técnico Social, que estará no local para garantir a boa comunicação com as famílias e comunidades, dialogando, recebendo queixas e dúvidas e preparando as famílias afetadas para o processo de reassentamento. As datas exatas de obras serão comunicadas com muita antecedência pela Prefeitura e dependem do cronograma de remoção e reassentamento.

**Pergunta original: 64 e 84*

72) Quando será iniciado o pagamento das indenizações?

R: Segundo o Plano de Reassentamento Involuntário, a avaliação dos imóveis será feita por profissionais especializados, seguindo regras técnicas definidas pela Prefeitura. O valor da indenização leva em conta o estado do imóvel, tamanho do terreno e outras características, conforme normas do programa DRENURBS 2.

O pagamento das indenizações ocorrerá após a avaliação dos imóveis e seguindo o processo de reassentamento e remoção que se iniciará com o Trabalho Técnico Social e a liberação dos recursos pelo programa DRENURBS 2. A Prefeitura seguirá o cronograma do projeto e informará às famílias sobre os prazos para receber a indenização.

**Pergunta original: 86*

**TEMA: CRONOGRAMA**

73) Qual é o prazo para terminar o projeto? E como será feita a avaliação dos imóveis para indenização?

R: O Programa DRENURBS 2 está em fase de preparação. A previsão é que a Prefeitura assine o contrato de financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em 2026. Os projetos executivos ainda serão elaborados e, só então, as obras poderão começar. Tendo em vista a fase ainda preliminar em que o programa se encontra, não há datas definidas por parte da Prefeitura para conclusão dos projetos, uma vez que o seu andamento depende também de atores externos, como o governo federal e o próprio banco financiador.

Segundo o Plano de Reassentamento Involuntário, a avaliação dos imóveis será feita por profissionais especializados, seguindo regras técnicas definidas pela Prefeitura. O valor da indenização leva em conta o estado do imóvel, tamanho do terreno e outras características, conforme normas do programa DRENURBS 2.

**Pergunta original: 31*

74) Os recursos para a obra já foram aprovados? Quando as obras vão começar?

R: O Programa DRENURBS encontra-se atualmente em fase de preparação junto ao banco financiador. A previsão é que o contrato de financiamento com o BID seja assinado em 2026. Para que as obras e o processo de reassentamento sejam efetivamente iniciados, é necessária a assinatura deste acordo de empréstimo. Essa é uma das razões pelas quais ainda não há datas e planejamentos definidos por parte da Prefeitura, uma vez que o andamento do programa depende também de atores externos, como o governo federal e o próprio banco financiador.

**Pergunta original: 37*

75) Qual é a expectativa de realização da obra, considerando que já houveram outros projetos e desapropriações na cidade que não foram concluídos?

R. O Programa DRENURBS encontra-se atualmente em fase de preparação junto ao banco financiador. A previsão é que o contrato de financiamento com o BID seja assinado em 2026. Para que as obras e o processo de reassentamento sejam efetivamente iniciados, é necessária a assinatura deste acordo de empréstimo. Essa é uma das razões pelas quais ainda não há datas e planejamentos definidos por parte da Prefeitura, uma vez que o andamento do programa depende também de atores externos, como o governo federal e o próprio banco financiador.

**Pergunta original: 51*

33



76) O recurso para a obra já foi aprovado? Quando vão começar as remoções?

R: O Programa DRENURBS 2 está em fase de preparação como banco financiador e a expectativa é que a Prefeitura assine o contrato de financiamento seja assinado em 2026.

Nesta fase, não é possível estimar um cronograma preciso de início das obras. Para as obras se iniciarem, os projetos executivos precisam ser concluídos e as obras licitadas. Ressalta-se que antes das obras iniciarem, o território contará com o Trabalho Técnico Social, que estará no local para garantir a boa comunicação com as famílias e comunidades, dialogando, recebendo queixas, dúvidas e preparando as famílias afetadas para o processo de reassentamento. As datas exatas de obras e de início das remoções serão comunicadas com muita antecedência pela Prefeitura.

**Pergunta original: 54*

77) Qual é a previsão para a realização da obra na Av. Central?

R: Nesta fase, não é possível estimar um cronograma preciso de início das obras. O Programa DRENURBS 2 está em fase de preparação com o banco financiador. A previsão é que a Prefeitura assine o contrato de financiamento com o BID em 2026. Para as obras se iniciarem, os projetos executivos precisam ser concluídos e as obras licitadas, incluindo a intervenção na Av. Central. Ressalta-se que antes das obras iniciarem, o território contará com o Trabalho Técnico Social, que estará no local para garantir a boa comunicação com as famílias e comunidades, dialogando, recebendo queixas e dúvidas e preparando as famílias afetadas para o processo de reassentamento. As datas exatas de obras serão comunicadas com muita antecedência pela Prefeitura e dependem do cronograma de remoção e reassentamento.

**Pergunta original: 61*

TEMA: COMUNICAÇÃO

78) Pode ser distribuído material resumido das reuniões, com as propostas do projeto, para que os moradores possam avaliar e discutir entre vizinhos?

R: Sim. As apresentações do programa DRENURBS 2 estão disponíveis no site da Prefeitura: [DRENURBS 2](#). Assim, qualquer parte interessada pode consultar as informações apresentadas, assim como as perguntas que estão aqui registradas.

**Pergunta original: 36*

34



79) Como a comunidade pode acompanhar as reuniões e os assuntos importantes do projeto? Todos os imóveis selados serão removidos?

R: O Programa DRENURBS 2 ainda está em preparação com o banco financiador. A expectativa de assinatura do contrato de empréstimo é 2026.

A primeira fase de implementação de uma intervenção em qualquer território será o início do Trabalho Técnico Social e, segundo planejamento da Prefeitura, ele se iniciará nos territórios selecionados em 2026. Será nessa fase, antes das obras, que será instalado um escritório social no local para atendimento direto às famílias, além da criação de grupos de trabalho com participação da comunidade. Também serão disponibilizados canais de telefone e WhatsApp para esclarecer dúvidas e registrar demandas, bem como mecanismos de escuta para recebimento de queixas e sugestões, que funcionarão durante toda a execução do projeto e continuarão mesmo após as obras. Ao longo dessa etapa social, serão realizadas reuniões periódicas com as famílias, nas quais o cronograma e as ações serão apresentados de forma mais detalhada e clara.

Todas as atualizações e informações detalhadas sobre o Programa DRENURBS estarão disponíveis na página específica no site da PBH

Segundo o Plano de Reassentamento Involuntário, só serão removidos ou indenizados os imóveis que estiverem dentro da área das obras e que se encaixam em dois critérios: risco de desastre que não pode ser resolvido ou imóvel localizado onde será realizada alguma obra. Se o imóvel não se enquadrar nesses critérios, não haverá reassentamento ou indenização.

**Pergunta original: 38*

80) Pode ser disponibilizada a apresentação feita na assembleia?

R: Sim. As apresentações do programa DRENURBS 2 estão disponíveis no site da Prefeitura: [DRENURBS 2](#). Assim, qualquer parte interessada no programa pode consultar as informações apresentadas.

**Pergunta original: 66*

TEMA: ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PROGRAMA

81) Qual é a abrangência da intervenção do projeto?

R: A Prefeitura selecionou as seguintes sub-bacias para fazerem parte do Programa: Terra Vermelha, Embira, Várzea da Palma, Fazenda Velha, Capão, Joaquim Pereira, Brejo do Quaresma, Córrego Olhos d'Água e Córrego Bonsucesso. Porém, a Prefeitura e o banco financiador (BID) poderão reduzir o número de sub-bacias que vão receber obras, de acordo

35



com os critérios de seleção. As bacias que farão parte do Programa serão escolhidas pelo banco, considerando se elas atendem aos requisitos e os riscos ambientais e sociais, durante a fase de implantação do Programa.

**Pergunta original: 48*

82) O que os moradores pensam sobre o projeto?

R: O programa DRENURBS 2 tem recebido avaliações positivas da comunidade, que acredita que ele trará melhorias significativas para a vida de todos na região. Os moradores contemplados com a primeira etapa do Programa DRENURBS elogiam os resultados e a continuação do Programa. Como esperado, existem muitas dúvidas sobre o processo de reassentamento, que estão sendo esclarecidas nesta fase e durante o Trabalho Técnico Social em cada território.

**Pergunta original: 58*

83) Qual é a área de abrangência da obra do projeto?

R: O programa DRENURBS 2 vai atuar apenas nas áreas identificadas como risco de inundação, deslizamento ou que estejam diretamente no caminho das obras. Apenas os imóveis dentro dessas áreas poderão ser afetados por remoção, reassentamento ou melhorias. O detalhamento da área de abrangência e imóveis impactados será apresentado durante a implementação do Trabalho Técnico Social e durante o desenvolvimento do projeto.

**Pergunta original: 60*

TEMA: OBRA

84) Com as obras, meu imóvel pode sofrer prejuízos estruturais?

R: Para prevenir esse risco, antes das obras se iniciarem, são feitas vistorias cautelares nos imóveis lindeiros e próximos às obras. Além disso, durante a execução, serão tomadas medidas técnicas para proteger os imóveis próximos às obras. A Prefeitura e a construtora responsável acompanham e avaliam possíveis impactos para minimizar qualquer risco às construções vizinhas.

**Pergunta original: 76*

36



PERGUNTAS E RESPOSTAS - CONSULTA PÚBLICA 20/08/25 - TERRA VERMELHA

TEMA: REASSENTAMENTO

85) Nas diretrizes do BID, serão permitidas as mesmas formas de atendimento propostas pela Prefeitura?

R: Sim. As diretrizes do BID estão alinhadas com a Política Municipal de Habitação de Belo Horizonte e permitem que as famílias sejam atendidas pelas mesmas modalidades de reassentamento, indenização e outras soluções habitacionais e de ou auxílio habitacional disponíveis e apresentadas durante o evento e definidas no Plano de Reassentamento Involuntário do DRENURBS 2

**Pergunta original: 90*

86) Há preocupação com a construção do prédio do Minha Casa, Minha Vida que receberá famílias de outros locais, principalmente em relação à captação do esgoto.

R: A construção mencionada não integra o escopo do DRENURBS 2. A Prefeitura esclarece, contudo, que as edificações do programa Minha Casa Minha Vida não lançarão esgoto diretamente no córrego, estando obrigadas a seguir as normas e padrões ambientais relativos à destinação adequada de esgoto e resíduos.

**Pergunta original: 93*

87) Como será a construção do prédio do Minha Casa, Minha Vida na Rua Atalaia?

R: A construção mencionada não integra o escopo do DRENURBS 2. A Prefeitura não possui informações neste momento sobre o empreendimento mencionado.

**Pergunta original: 94*

88) As obras só começarão depois da remoção de todas as famílias? Como será feita a avaliação e negociação dos valores de indenização?

R: Sim, o início de diferentes frentes de obras depende do processo de desapropriação, remoção e reassentamento de famílias. Por essa razão, a primeira fase do planejamento do Programa DRENURBS é o Trabalho Técnico Social, com expectativa de início no Terra Vermelha em 2026. As remoções começarão de acordo com o planejamento do DRENURBS 2 e podem ocorrer em etapas, dependendo da área e da frente de obra.

Segundo o Plano de Reassentamento Involuntário, a avaliação dos imóveis será feita por profissionais especializados, seguindo regras técnicas definidas pela Prefeitura. O valor da

37



indenização leva em conta o estado do imóvel, tamanho do terreno e outras características. A comunicação com as partes afetadas se dará no processo de Trabalho Técnico Social.

**Pergunta original: 98*

89) A selagem já realizada impede que eu faça mudanças na minha casa?

R: A selagem indica que o imóvel está dentro da área do projeto e que será acompanhado pelo DRENURBS 2. Para evitar riscos e prejuízos, recomenda-se não realizar grandes alterações ou obras no imóvel que não sejam necessárias para garantir o conforto e a segurança da família.

**Pergunta original: 99*

90) Posso continuar fazendo obras na minha casa?

R: Sim, mas para evitar riscos e prejuízos, é recomendado que obras ou alterações estruturais que não sejam necessárias para garantir o conforto e segurança da família sejam evitadas até que a situação do imóvel seja definida durante o Trabalho Técnico Social. Obras pequenas e reparos essenciais podem ser permitidos, mas é importante consultar a Prefeitura antes de qualquer intervenção.

**Pergunta original: 101*

91) Todas as famílias da Vila serão removidas?

R: Segundo o Plano de Reassentamento Involuntário, só serão removidos ou indenizados os imóveis que estiverem dentro da área das obras e que se encaixam em dois critérios:

risco de desastre que não pode ser resolvido ou imóvel localizado onde será realizada alguma obra. Se o imóvel não se enquadrar nesses critérios, não haverá reassentamento ou indenização.

**Pergunta original: 102*

TEMA: CRONOGRAMA

92) Qual é o tempo estimado para a elaboração do projeto da obra?

R: A Prefeitura prevê licitar os projetos em 2026, com expectativa de início das obras em 2029. Ressalta-se que o primeiro passo para a implementação da intervenção será o início do Trabalho Técnico Social, também previsto para 2026 no Terra Vermelha, de modo a garantir o atendimento à população e viabilizar o processo de remoção e reassentamento das famílias.

38



Importante destacar que o Programa DRENURBS 2 ainda se encontra em fase de preparação. A assinatura do contrato de financiamento com o BID está prevista para 2026.

**Pergunta original: 87*

93) Como foi definido o cronograma da obra?

R: O cronograma da intervenção no território considera etapas como elaboração dos projetos, licitação e execução das obras. O planejamento ainda está em desenvolvimento, e a Prefeitura acompanha cada etapa para organizar o início e a sequência das intervenções. Entretanto, ressalta-se que o primeiro passo para a implementação da obra será o início do Trabalho Técnico Social, de modo a garantir o atendimento à população e viabilizar o processo de remoção e reassentamento das famílias.

**Pergunta original: 89*

TEMA: OBRA

94) Como será o processo de remoção das casas que estão diretamente sobre as manilhas?

R: Os imóveis enquadrados em risco de desastre não mitigável ou que possuem interferência direta com as obras serão removidos, seguindo as regras do Programa DRENURBS 2 e da Política Municipal de Habitação, com o devido acompanhamento social da Prefeitura.

**Pergunta original: 91*

95) Como será feita a obra na confluência com o córrego Toucinheiros e em terrenos particulares?

R: As obras em áreas de confluência com córregos e terrenos particulares serão planejadas tecnicamente para garantir segurança e minimizar impactos - poderá haver necessidade de desapropriações parciais em fundos de lotes, por exemplo, para realização de uma parte das obras. Segundo o Plano de Reassentamento Involuntário, só serão removidos ou indenizados os imóveis que estiverem dentro da área das obras e que se encaixam em dois critérios: risco de desastre que não pode ser resolvido ou imóvel localizado onde será realizada alguma obra. Se o imóvel não se enquadrar nesses critérios, não haverá reassentamento ou indenização.

**Pergunta original: 92*

39



96) Quais serão os impactos da obra na Ocupação Vitória?

R: As obras da Ocupação Vitória não fazem parte do escopo do DRENURBS 2. A Prefeitura esclarece que os planos de urbanização do Vitória ainda não foram concluídos e, portanto, não é possível estimar quando haverá obras e seus impactos para o Terra Vermelha. A elaboração do Plano será retomada no âmbito do PAC, sem interferência por hora com o Programa DRENURBS.

**Pergunta original: 95*

97) O projeto de construção de uma praça será mantido no local das casas que serão removidas?

R: A proposta de uso e ocupação das áreas será desenvolvida e detalhada durante a elaboração dos projetos O planejamento do DRENURBS 2 inclui a criação de áreas de convivência, como praças, nos locais de remoção, quando possível, sempre considerando segurança e infraestrutura para a comunidade. Se a referência da praça diz respeito à Praça Brasília, situada na Bacia do Córrego Terra Vermelha, as casas construídas sobre a galeria de drenagem estão em área de risco, razão pela qual ações de remoção e reassentamento são prioritárias nessa localidade.

**Pergunta original: 97*

98) O aumento do volume de água no córrego pode piorar com a obra, chegando até a Vila?

R: A obra no Toucinheiros foi projetada para controlar o fluxo de água e reduzir os riscos de enchentes. As intervenções seguem normas técnicas rigorosas, garantindo que o volume de água seja corretamente direcionado, de forma a evitar agravamento da situação tanto para a Vila quanto para as áreas vizinhas. A legislação vigente exige que os projetos sejam desenvolvidos e dimensionados para não transferir volumes excessivos de água para áreas a jusante, nem causar prejuízos aos sistemas de drenagem existentes. Isso é essencial para prevenir a aceleração do escoamento nos canais e a sobrecarga dos picos das cheias.

**Pergunta original: 100*

TEMA: ÁREA DE ABRANGÊNCIA

99) A comunidade sugeriu a criação de um parque na Região do Cassange. Como isso será considerado?

R: A sugestão será registrada e avaliada durante o desenvolvimento do projeto a ser contratado pela Prefeitura. O Programa levará em conta as propostas da comunidade sob o

40



ponto de vista técnico, econômico, ambiental e social, e a população terá oportunidade de contribuir com ideias e demandas ao longo do planejamento das obras.

**Pergunta original: 88*

TEMA: COMUNICAÇÃO

100) Como será feita a comunicação das famílias do Terra Vermelha com a URBEL, já que algumas receberam notificações e não tiveram mais informações?

R: A comunicação com as famílias do Terra Vermelha será reforçada a partir do início do Trabalho Técnico Social no território, previsto para começar em 2026. Nesse período, será instalado um escritório social no local para atendimento direto às famílias, além da criação de grupos de trabalho com participação da comunidade. Também serão disponibilizados canais de telefone e WhatsApp para esclarecer dúvidas e registrar demandas, bem como mecanismos de escuta para recebimento de queixas e sugestões, que funcionarão durante toda a execução do projeto e continuarão mesmo após as obras. Ao longo dessa etapa social, serão realizadas reuniões periódicas com as famílias, nas quais o cronograma e as ações serão apresentados de forma mais detalhada e clara. Todo o processo será acompanhado de perto para garantir que as famílias recebam informações claras sobre o reassentamento e demais etapas do projeto DRENURBS 2.

**Pergunta original: 96*



PERGUNTAS ORIGINAIS

1) Há um córrego com diversas nascentes que passam nos fundos das entre ruas Miguel Caldeira dos Santos e Davidson Pimenta da Rocha no bairro Jardim Comerciários com esgoto a céu aberto e nunca foram canalizados

2) O bairro Jardim dos Comerciários está sofrendo com o descaso com esgoto a céu aberto e descuido com a natureza, nascentes e moradores das mediações.

3) Sobre o córrego do onça.

4.1) Não foram identificadas como seriam feitas as indenizações para imóveis sem habite se; 4.2) Não apontados os meios para preservação, recuperação e tratamento das nascentes já urbanizadas.

4.3) Não foram apontados os fatores de riscos iminentes a áreas de APP já existentes que correm risco devido a falta manutenção, ao abandono e a contaminação do leitos e lençóis freáticos;

4.4) Não foi proposto tempo mínimo para suposição das indenizações;

5) Não foi apontado o que fazer com aquelas residências que não tem como provar vínculo de proprietário;

6) Não foi demonstrado como esses recursos poderiam ser distribuídos de forma mais equitativa em todas as regionais.

5) Não há medidas de prevenção. Há sim, medidas paliativas, já que os efeitos nocivos da poluição ambiental estão acontecendo e, acontecendo cada dia mais severos. Já que as ocupações em volta dos cursos de água da cidade não foram evitados, além de ter que se remover totalmente as construções em volta deles, também deveria-se plantar árvores, deixar o local totalmente natural e isso está longe de ser feito! Muito pelo contrário, o que se vê é a construção de canais concretados e pouquíssimas áreas verdes em volta.

6) Uma das prioridades deveria ser o tratamento e a reutilização das vazantes naturais do município. Deveria se pensar dentro de modelos internacionais formas de proteger e fomentar relações sociais voltados para a proteção desses lençóis freáticos que lançam diariamente milhões de litros de água no ecossistema e vai se contaminando ao longo de sua vazante sem nenhum atenuante de gravidade legal e educativo. É o caso da nascente localizada no Cassange. Nossa comunidade as protege com seus muros, as nascentes que fluem dentro da área de APP são consideradas sujeitos existencial de proteção pela comunidade. No entanto, o poder público não reconhece e nem valoriza ações mínimas mas de grande eficiência ambiental. Recentemente estamos fazendo um instrumento de mobilização popular para que o município adote uma área de quase 220 mil metros quadrados, com fauna e flora própria, lagoa não comportada, alimentada por várias nascentes, inclusive a nossa do Cassange. E primordial a construção de um fundo capaz de

manter relação social desses espaços com a cidade e ao mesmo tempo preservar tais espaços com a clara intenção de aproximar quem destrói para que seja reeducado através da relação de várias instituições, inclusive as do município, como claro interesse de criar uma relação mais ampla para que ele se transforme em quem constrói. Para isso esse lugares deveriam ser verdadeiros celeiros de árvores de cerrado e mata atlântica responsável diariamente pelo plantio e relação das pessoas com espécies nativas capazes de renovar

42



todo o nicho ecológico da cidade. O primeiro passo é dar condições para que isso aconteça durante todo o ano. O outro é sensibilizar as instituições, num todo, tanto a família como escola, igrejas e segurança e o judicial trabalhando juntos. A sugestão clara que pode se tornar um plano piloto é de cara indicar ações para a implementação urgente do Parque Municipal Dr. Walter Nunes, no bairro Jaqueline. Última linha verde entre BH e Santa Luzia com potencial extremamente coerente com a proposta do DRENURBS em nossa regional e na cidade. Para quem sabe poderemos parafrasear, nosso grande vulgo dos palcos do Arraial dos Currais de Minas, João Leite da Silva Ortiz, seu belo jargão que para ele se fez ao olhar nosso Belo Horizonte!

7) Desejo saber quanto custa a saúde das pessoas da cidade de Belo Horizonte? Porque o investimento em prevenção ambiental não existe aqui.

8) De acordo com o Documento Marco de Reassentamento (página 43), somente serão realizadas remoções ou desapropriações de imóveis que estejam dentro dos limites das áreas de intervenção e enquadradas nos seguintes critérios: Risco de desastre não mitigável e frente de obras. O endereço informado está dentro da área de intervenção do projeto; no entanto, a necessidade de realocação por frente de obras será definida apenas durante o desenvolvimento do mesmo.

9) Moradora da regional Norte - Falou da importância da apresentação e perguntou se Córrego Tamboril,(ou Fazenda Velha) integrante da bacia do Ribeirão Izidora, poderia estar incluído nesse processo.

10) Pergunta se o material da apresentação é o mesmo que foi utilizado na audiência pública na câmara sobre o Drenurbs-2 (Audiência Pública referente ao Requerimento de Comissão nº 2646/25 dia 10/07/2025, às 13h). Vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte - Comissão de Estudos de Águas Pluviais (Comissão de enchentes).

11) Pergunta se o financiamento aprovado no final do ano passado pela câmara contempla as nove bacias? (Audiência Pública referente ao Requerimento de Comissão nº 2646/25 dia 10/07/2025, às 13h). Vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte - Comissão de Estudos de Águas Pluviais (Comissão de enchentes).

12) Agradecimento pela presença da comunidade de Venda Nova e Norte e parabenizou a equipe do Secretário Leandro

R: A Prefeitura agradece a presença da comunidade das regionais Venda Nova e Norte. A participação de vocês é essencial para que o Programa DRENURBS atenda de forma justa às necessidades da população. Agradecemos também o reconhecimento ao trabalho da equipe, que está empenhada em construir um projeto mais inclusivo e com a participação de todos.

13) Moradora da Regional Norte (líder comunitária e Vice presidente da comunidade fraterna). Pergunta se existe um planejamento estruturado para a política do reassentamento (um diálogo direto com a comunidade).

14) Conselheira tutelar da Regional Norte. Pergunta como foi o preparo junto com as famílias que serão impactadas pelo projeto, são famílias com alto grau de vulnerabilidade.

15) Conselheira do Conselho de Saneamento e do Conselho de Saúde. Trabalha com ensino clínico da vila de biquinhas. Chama atenção a ausência nos documentos sociais sobre o

43



vínculo da população com os centros de saúde. Pergunta como fica a continuidade de tratamentos de saúde da comunidade que são interrompidos durante o processo de reassentamento (Risco de descontinuidade do tratamento). As populações têm um centro de referência de saúde para acompanhamento.

16) Conselheira tutelar e liderança da vila do índio. Pergunta se é real o projeto e parabeniza a PBH. Também questiona sobre os custos adicionais das novas moradias que serão construídas.

17) Fala da importância de tirar a população das áreas de risco/ mancha de inundação. Parabeniza o secretário Leandro e sua equipe.

18) Moradora da Vila Biquinhas. Relembra a chuva de janeiro de 2020, quando sua casa foi atingida. Naquele momento, a Prefeitura de Belo Horizonte acolheu sua família em um abrigo e, posteriormente, custeou o aluguel de outra moradia. No entanto, esse pagamento foi interrompido. A Urbel a orientou a retornar à sua antiga residência, considerada segura,

mas ela se recusou devido à sensação de insegurança em voltar. Ressalta que não recebeu acompanhamento da assistência social para apoiá-la nessa decisão e que, atualmente, está sendo muito difícil arcar sozinha com o aluguel.

Apesar das dificuldades, ela se diz feliz e emocionada com a possibilidade de o projeto avançar, trazendo esperança de uma solução definitiva.

19) Radialista e morador da região norte. Na época do DRENURBS-1 ele era presidente da comunidade. Elogia o parque da nossa senhora da piedade e 1º de maio, feitos no DRENURBS 1. Elogia o Programa DRENURBS e fala o quanto melhora a vida das pessoas.

20) Moradora da região Norte. Fala que há 16 anos enfrenta problemas com as fortes inundações. Quer saber se de fato a obra vai acontecer e pergunta quando irá acontecer.

21) Moradora da região Norte. Gestão do grupo de convivência de idosos. Se preocupa com a acessibilidade em relação às pessoas idosas no processo de reassentamento. Pergunta se nos projetos está prevista a acessibilidade dos idosos e de quem tem dificuldade de locomover tanto dentro quanto fora de casa.

22) Líder comunitário da região Norte e presidente da associação de defesa da comunidade fraterna. Fala como DRENURBS foi um marco para Belo Horizonte. O programa ouviu todos os moradores do córrego primeiro de maio, e ninguém ficou sem resposta. Até hoje existe a comissão da comunidade do primeiro de maio. Quando recebeu o convite do DRENURBS-2 ficou muito emocionado. Sugeriu que a água pluvial não seja encaminhada diretamente para o leito do córrego, pois ela vem poluída.

23) Morador de Venda Nova gosta da natureza, elogia o Programa DRENURBS e sugere plantar mais árvores para melhorar a qualidade de vida da população.

24) Morador do Bairro Maria Tereza. Falou do trabalho do Ribeirão do Onça e de quando foram abertas as comportas da Pampulha e inundou o bairro. Pergunta se é possível prever o impacto que vai ser causado no bairro dele e quais serão as mitigações.

25) Moradora da comunidade vila do índio. Pergunta se houve a assinatura do contrato de financiamento com o BID e como é o prazo para o reassentamento.



26) Moradora do Ribeiro de Abreu. Falou o quanto a vila biquinha precisa urgentemente do Programa DRENURBS. Fala o quanto a situação na Vila Biquinhas é chocante. Elogia o DRENURBS e fala que o programa muda a vida das pessoas.

27) O que não ficou claro pra mim foi a data provável de abrir negociação quanto ao valor do imóvel.

Sendo assim, qual a data provável ?

28) Moradora do bairro Heliópolis perguntou se seu imóvel está dentro da área do projeto e como ficará sua situação com a obra. Rua Nossa Senhora Eucarística (número retirado LGPD).

29) Moradora da Vila Biquinhas questiona se entendeu as formas de atendimento pelo

reassentamento: “caso eu escolha ficar, terei que sair temporariamente, até que termine as obras. Após o término, terei uma casa na mesma região da minha antiga casa disponibilizada pela Urbel?”. Pergunta ainda como será a construção da casa, se será baseada no tamanho e configuração de sua casa atual, ou se é uma construção padrão.

30) Moradora do bairro Planalto perguntou se os inquilinos de imóveis podem optar por casa ou apartamento, e se optando por casa o reassentamento demora mais.

31) Moradora do Bairro Heliópolis perguntou qual o prazo para término do projeto e como é feita a avaliação dos imóveis, se existe um teto de valor para a indenização.

32) Moradora da Vila Biquinhas perguntou como fazer para receber a visita da Urbel e ter seu cadastro realizado. Perguntou também como entrar nos grupos de moradores.

33) Morador da Vila Biquinhas perguntou qual o processo para receber uma casa, caso não queira reassentamento em apartamento. Perguntou também como pode ser solicitado o cadastro do seu imóvel.

34) Moradora do bairro Júlio Maria disse que mora em lote de herança, junto com outros herdeiros, que a casa não está em área de risco e paga IPTU. Perguntou se o imóvel será realmente indenizado e, em caso positivo, se o reassentamento de todos os herdeiros que moram no lote seria no mesmo local.

35) Morador da Vila Biquinhas perguntou se haverá ligação da parte de baixo com a parte de cima (fora da Vila) na avenida Nossa Senhora da Eucaristia - “Ligação até a rua São Bernardo, ou seja, a Nossa Senhora da Eucaristia vai até a rua dos Carmelitas?”

36) Morador da Vila Biquinhas sugeriu que fosse produzido e distribuído material com o resumo da reunião, inclusive as propostas urbanísticas, para que os moradores possam avaliar, estudar e dialogar com os vizinhos.

37) Morador da Vila Biquinhas perguntou se os recursos para a obra já foram aprovados e quando a obra irá começar.

38) Morador da Vila Biquinhas perguntou como a comunidade pode acompanhar as reuniões e demais assuntos importantes. Perguntou ainda se todos os imóveis selados serão removidos.

39) Moradora pediu para ver novamente o projeto para tentar identificar se seu imóvel seria afetado.

45



40) Moradora da Vila Biquinhas perguntou se quem mora de aluguel ou de favor também terá opção de reassentamento.

41) Morador da Vila Biquinhas, questionou sobre o tempo até o início das remoções e se compensa investir em melhorias do imóvel.

42) Moradora da Vila Biquinhas perguntou sobre como será o atendimento às famílias que têm animais e/ou familiares com deficiência.

Questionou também se as áreas vagas da rua Joaquim Tibúrcio serão utilizadas como espaço para construção dos apartamentos.

43) Moradora perguntou se sua casa será contemplada no projeto - Rua dos Lazaristas (número retirado LGPD)

44) Morador questionou se o espaço que utiliza como oficina e garagem configura uso misto do domicílio.

45) Moradora informou que a água entra na laje e a casa não tem saída (voltada para o barranco), tem uma menina autista e com paralisia cerebral. Rua dos Mauê

46) Moradora perguntou se a sua casa será impactada Rua do Moicanos, Beco Boa Vista (número retirado LGPD).

47) Moradora perguntou como será o atendimento para os moradores de aluguel.

48) Moradora pediu maiores esclarecimentos sobre a abrangência da intervenção.

49) Morador questiona sobre a possibilidade da construção de casas geminadas para atender famílias que moram em casas separadas, mas em um único lote.

50) Moradora pergunta quando vai ser iniciada a remoção das casas e se todas serão removidas.

51) Morador pergunta qual a expectativa real da realização da obra, tendo em vista que já aconteceu, em outros momentos da cidade, de levantamentos, projetos e desapropriações sem a obra ser finalizada.

52) Moradora afirmou que não deseja reassentamento em outro bairro, apenas na região em que já mora.

53) Morador pergunta como saber se seu imóvel, com escritura, está na abrangência da obra. Pergunta também como será feita a avaliação do terreno, uma vez que parte desmoronou.

54) Morador perguntou se o recurso para a obra já está aprovado e quando será o início das remoções.

55) Moradora perguntou se os entulhos das casas já removidas serão retirados, pois estão atraindo animais peçonhentos.

46



56) Moradora perguntou como se dará a avaliação dos imóveis para pagamento de indenização.

57) Moradora perguntou se quem precisou se mudar do imóveis por motivos de saúde, por exemplo, também terá direito de reassentamento.

58) Morador elogiou o projeto, afirmando que será muito bom para todos os moradores da comunidade.

59) Moradora pediu mais informações sobre o reassentamento pelo Minha Casa, Minha

Vida. 60) Moradora pediu esclarecimento sobre qual a área de abrangência da obra. 61)

Moradora perguntou qual a previsão de realização de obra na Av. Central. 62) Morador

pediu mais esclarecimentos sobre como será feita a indenização dos imóveis. 63) Morador

pediu mais informações sobre o reassentamento monitorado. 64) Morador questionou

sobre a retirada das demais casas da Vila. Existe uma data prevista?

65) Moradora disse que já saiu do imóvel desde dezembro de 2024 e pergunta sobre quando será feita a avaliação de seu imóvel.

66) Morador pediu que seja disponibilizada a apresentação realizada na assembleia.

67) Moradora pediu informações sobre onde serão construídos os prédios do Minha Casa, Minha Vida.

68) Proprietária de imóvel na Vila perguntou sobre como é feito o atendimento de inquilinos.

69) Morador perguntou como é feita a avaliação dos imóveis para indenização e como é feita a opção pelo apartamento.

70) Morador perguntou se existe um valor mínimo das avaliações e quais os parâmetros utilizados para definir o valor do metro quadrado.

71) Morador perguntou se os imóveis comerciais também recebem auxílio aluguel.

72) Moradora que hoje é inquilina perguntou se pode comprar o imóvel após o término de seu contrato de aluguel, e se o fazendo terá direito a indenização.

73) Moradora perguntou se todos os moradores terão direito ao reassentamento por meio do Minha Casa, Minha Vida. E se mesmo quem tem dívidas consegue o reassentamento nessa modalidade.

74) Moradora pergunta se quem já está no Bolsa Moradia vai receber a indenização logo após a liberação do recurso para a obra

75) Moradora perguntou se quem comprou um imóvel após a selagem e o cadastro tem todos os direitos que o antigo proprietário teria.



76) Moradora de área próxima à Vila apresentou preocupação sobre possíveis prejuízos estruturais ao seu imóvel com as obras.

- 77) Morador perguntou se seu imóvel será removido (Várzea da Palma, 81), pois mesmo não estando de frente para o córrego, a enxurrada impede a saída da casa quando chove.
- 78) Morador questionou sobre a remoção das outras moradias na Vila.
- 79) Moradora perguntou como será feita a avaliação dos imóveis, se vai levar em consideração o que a família investiu em materiais e mão de obra.
- 80) Perguntou ainda se quem receber a indenização também terá direito ao reassentamento. 81) Moradora perguntou quando será a entrega dos apartamentos para os reassentados.
- 82) Moradora pediu mais explicações sobre o Minhas Casa, Minha Vida. Perguntou se os moradores são obrigados a aceitar o cadastro.
- 83) Morador perguntou se quem está recebendo o Bolsa Moradia já pode receber a indenização.
- 84) Morador perguntou quanto tempo demora o processo de indenização. 85) Moradora perguntou se já existe data definida para a retirada das casas. 86) Proprietário de imóvel pergunta quais são as formas de atendimento para os inquilinos. 87) Morador perguntou quando será iniciado o pagamento das indenizações.
- 88) Morador perguntou qual o tempo estimado para a elaboração do projeto da obra.
- 89) Morador e liderança comunitária sugeriu a criação de um parque na Região do Cassange. Informou que a comunidade do local já tem um abaixo assinado com mais de 4 mil assinaturas.
- 90) Moradora questionou sobre como foi estipulado o cronograma da obra.
- 91) Moradora da Vila perguntou se nas diretrizes do BID vão ser permitidas as mesmas possibilidades de atendimento propostas pela PMH.
- 92) Moradora da Vila questionou como será o processo de remoção das casas que se encontram diretamente em cima das manilhas.
- 93) Morador perguntou como será feita a obra na confluência com o córrego Toucinheiros, assim como “na área que é um terreno particular”.
- 94) Liderança comunitária do bairro Etelvina Carneiro demonstrou preocupação com a construção de prédio do MCMV que vai receber famílias de diversos locais da cidade, especialmente sobre a captação do esgoto na região.
- 95) Presidente da associação de moradores do bairro Etelvina Carneiro perguntou sobre a construção de prédio do MCMV na Rua Atalaia.



96) *Presidente da associação de moradores do bairro Etelvina Carneiro perguntou sobre os impactos da obra na Ocupação Vitória.*

97) *Morador da Vila perguntou como será feita a comunicação das famílias do Terra Vermelha com a Urbel, uma vez que as famílias chegaram a ser notificadas pela Administração Regional Norte e não tiveram mais informações sobre esse processo.*

98) *Morador da Vila questionou se vai ser mantido o projeto de construção de uma praça no local de remoção das casas.*

99) *Morador perguntou se as obras só serão iniciadas após a remoção de todas as famílias, e como será feita a avaliação e negociação dos valores de indenização.*

100) *Morador perguntou se a selagem já realizada determina que não se pode mais fazer mudanças na casa.*

101) *Morador informou que ao longo dos anos o volume de água no córrego aumentou muito na parte de baixo do curso d'água, e que tem receio de que a obra piore a situação até chegar na Vila.*

102) *Morador perguntou se quem está fazendo obras na residência pode continuar.*

103) *Moradora perguntou se todas as famílias da Vila serão removidas.*

